

FACULDADE NOVOS HORIZONTE
Mestrado Acadêmico em Administração

MARIA REGINA COSTA BRETTAS

GESTÃO EM PROJETOS E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Um Estudo Sobre a Implementação dos 17 Centros de Artesanato Mineiro

Belo Horizonte
2008

MARIA REGINA COSTA BRETTAS

GESTÃO EM PROJETOS E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Um Estudo Sobre a Implementação dos 17 Centros de Artesanato Mineiro

Dissertação apresentada ao Centro de Pós-Graduação da Faculdade Novos Horizontes, como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração.

Área de concentração: Organização e Estratégia

Linha de pesquisa: Tecnologias de Gestão e Competitividade

Orientador: Prof^a. Dr^a. Ester Eliane Jeunon

Belo Horizonte
2008

FICHA CATALOGRÁFICA

Brettas, Maria Regina Costa.

Gestão de Projetos e Economia Solidária: um estudo sobre a implementação dos 17 Centros de Artesanato mineiro.

Maria Regina Costa Brettas. – Belo Horizonte: FNH, 2007.

...f 115.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ester Eliane Jeunon

1. Gestão de Projeto Social 2. Gestão Pública e Gestão de Projeto Social 3
2. . Cooperativismo 4. Economia Solidária 5. Artesanato. I. Brettas, Maria
3. Regina Costa II. Faculdade Novos Horizontes. III. Título

FACULDADE NOVOS HORIZONTES

Dissertação intitulada, **Gestão em Projetos e Economia Solidária: Um estudo sobre a implementação dos 17 Centros de Artesanato Mineiro**, de autoria da mestrandia **Maria Regina Costa Brettas**, aprovada pela seguinte banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Ester Eliane Jeunon – Orientadora
Instituição: Faculdade Novos Horizontes
Assinatura:

Prof. Alfredo Alves de Oliveira Melo
Instituição: Faculdade Novos Horizontes
Assinatura:

Prof. Mauro Calixta Tavares
Instituição: Faculdades Pedro Leopoldo
Assinatura:

Data de aprovação: 29/02/2008

Belo Horizonte, 29 de fevereiro de 2008.

“Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que
determina a consciência”
Karl Marx

RESUMO

O gerenciamento de projetos sociais tem despertado cada vez mais o interesse de profissionais de diversas áreas. Isto porque o aspecto social desses projetos, muitas vezes, desintegra-se em especificidades que não levam os beneficiados a atingirem os objetivos, que em sua maioria, são nobres. Neste contexto, o presente trabalho teve por objetivo analisar a implementação dos 17 Centros de Artesanato de Minas Gerais vinculados ao Programa de Artesanato Brasileiro (PAB). Buscou-se identificar a coerência da implementação desses Centros com os pressupostos do programa e com os princípios da Economia Solidária, assim como verificar as perspectivas de sua continuidade. Para se atingir os objetivos traçados foi realizada uma pesquisa qualitativa do tipo descritiva. Os dados foram coletados junto ao Deputado Federal responsável pela implementação dos centros em Minas Gerais e aos gestores dos centros. Os resultados apontaram que a implementação desses Centros de Artesanato foi prejudicada por problemas específicos de cada localidade associados à incapacidade de autogestão apresentada pelas associações dos artesãos. Observou-se que, embora a implementação tenha obtido sucesso em aspectos particulares da Economia Solidária, como os ecológico-culturais e socioeconômicos, a análise de todos os demais aspectos e sua situação física atual demonstraram que a implementação e o desenvolvimento desses não ocorreram, de fato, seguindo os princípios da Economia Solidária e dos fundamentos do PAB.

Palavras-chave: Gestão, Projetos, Economia solidária, Artesanato.

ABSTRACT

The management of social projects have aroused more interest from professionals in various areas. This is because the social aspect of these projects often disintegrates themselves in specificities not bring benefit to achieve the goals, which for the most part are fine. In this context, this study aimed to examine the implementation of the 17 Centres of Crafts of Minas Gerais linked to the Brazilian Crafts Program (COP). The aim was to identify the consistency of implementation of these centres with the assumptions of the programme and the principles of Economic Solidarity, as well as check the prospects for its continuity. To achieve the goals plotted a search was conducted qualitative descriptive of the type. Data were collected at the Federal Mr responsible for the implementation of the centres in Minas Gerais and managers of the centres. The results showed that the implementation of these Centers of Crafts has been affected by problems specific to each location associated with the inability to self tabled by the associations of craftsmen. It was observed that although the implementation has achieved success in particular aspects of Economic Solidarity, as the eco-cultural and socioeconomic, the analysis of all other physical aspects and its current situation showed that the implementation and development of these there were, in fact , following the principles of Economic Solidarity and the foundations of the COP.

Keywords: Management, Projects, Economics solidarity, Crafts.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada em 2007.....	64
Tabela 2 – Valor dos recursos do PAB repassado aos municípios de MG.....	67
Tabela 3 – Aspectos jurídico-funcionais diagnosticados nos Centros de Artesanato.....	77
Tabela 4 – Aspectos político-tecnológicos dos Centros de Artesanato mineiro	78
Tabela 5 – Aspectos de gestão administrativa dos Centros de Artesanato mineiro.....	79
Tabela 6 – Aspectos ecológico-culturais dos Centros de Artesanato mineiro..	80
Tabela 7 - Aspectos socioeconômicos dos Centros de Artesanato mineiro.....	80
Tabela 8 - Aspectos financeiros dos Centros de Artesanato mineiro.....	82

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Economia Solidária no Brasil.....	48
---	-----------

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dificuldades e alternativas para a gestão de projetos sociais tendo como exemplo a Economia Solidária.....	24
Quadro 2 – Comparação dos indicadores do PAB com os princípios cooperativistas.....	55
Quadro 3 – Especificidades da implementação dos 17 Centros de Artesanato mineiro no período de 2001-2002.....	69
Quadro 4 – Correlação entre os principais fundamentos do PAB e os fundamentos da Economia Solidária.....	84

LISTA DE SIGLAS

ABICRED – Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito
ABR – Agência Brasil
ACI – Aliança Cooperativa Internacional
ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário
ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Auto-gestão
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Física
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FADENOR – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior do Norte de Minas
FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FSM – Fórum Social Mundial
GT – Grupo de Trabalho
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativa Popular
LOA – Lei Orçamentária Anual
MDIC – Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MEC – Ministério da Educação
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMPI – Organização Mundial de Propriedade Intelectual
ONGs – Organizações Não Governamentais
OSCIPs – Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público
PAB – Programa do Artesanato Brasileiro
PACs – Políticas Alternativas para o Cone Sul
PDL - Plano de Desenvolvimento Local –
PDU – Plano Diretor Urbano
PROGER – Programa Nacional de Geração de Emprego

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Problema.....	14
1.2 Justificativa.....	15
1.3 Objetivos.....	16
1.3.1 Objetivo geral.....	16
1.3.2 Objetivos específicos.....	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1 Gestão pública e gestão social.....	18
2.2 O cooperativismo.....	30
2.3 O novo cooperativismo como reinvenção da economia solidária	35
2.4 A gestão de projetos e a economia solidária Brasil	38
3 METODOLOGIA.....	50
3.1 Caracterização da pesquisa.....	50
3.2 Tipo de estudo.....	50
3.3 Unidade de análise e observação.....	51
3.4 Coleta de dados.....	52
3.5 Procedimentos para análise dos resultados.....	57
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	59
4.1 Apresentação dos dados resultados.....	59
4.1.1 Criação, implementação do PAB no MDIC e a intermediação do Legislativo.....	59
4.1.2 Descrição, objetivo, metas, recursos alocados e a política do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB).....	62
4.1.3 Projeto de Construção de 17 Centros de Artesanato mineiro.....	65
4.2 Entrevistas realizadas nos Centros de artesanato.....	77
4.3 Análise dos resultados.....	83
5 CONCLUSÃO.....	88
REFERÊNCIAS.....	91
APÊNDICES.....	97
ANEXOS.....	110

1 INTRODUÇÃO

O capitalismo modo de produção que predomina desde o século XIX, caracterizou-se por sua habilidade em desenvolver capacidade produtiva, baseados na competitividade e uma progressiva concentração de riquezas, gerando crescentes desigualdades sociais, esse sistema que gerou desenvolvimento, trouxe também miséria e exclusão social. Desse modo as transformações econômicas, sociais, culturais e políticas ocorridas neste cenário, marcado por um crescente índice de excluídos e desempregados, aliado à escassez de geração de postos de trabalho estáveis por parte da economia pública, obrigam trabalhadores a buscar alternativas para obtenção de renda. As mudanças do chamado “mundo do trabalho” produzem uma reflexão quanto à sua reestruturação produtiva, e as transformações da produção e do mercado estão relacionadas à forma de organização dos trabalhadores e às relações de trabalho.

No Brasil, país marcado pelo processo de abertura comercial, as profundas modificações ocorridas no cenário nacional nos anos de 1990, resulta em falência para inúmeras empresas, aumentando com isso o índice de desemprego, bem como contingente de excluídos, que passam a atuar na chamada “economia informal”.

Assim, o aumento de projetos na área social, assim como o movimento chamado economia solidária, surgem como uma perspectiva de realizar ações que possibilitem não somente a geração de trabalho e renda, mas também como uma outra forma de organização e de relações de trabalho. A Economia Solidária, como alternativa para a realidade do mundo do trabalho tem potencialidade para constituir-se como novo modelo de organização deste. (NUNES *apud* ALCÂNTARA, 2002)

Um dos programas em que se buscou minimizar os problemas ligados ao trabalho e geração de renda é o Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), do Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O PAB tem sua origem nos princípios de Economia Solidária, tendo como objetivo a criação de Centros de Artesanato geridos a partir dos princípios da economia social.

À semelhança de diversos outros programas iniciados no Brasil, foi concebido pelo Poder Público como uma proposta de ação, que conta com a participação da sociedade para gerenciá-lo de forma solidária e cooperativa, tendo como principal característica a probabilidade de gerar oportunidades de trabalho e renda embasados na valorização de talentos e cultura locais, numa visão empreendedora e produtiva, tendo como foco no mercado consumidor. Assim, os critérios de implementação de muitos projetos sociais da atualidade baseiam-se no desenvolvimento auto-sustentável, visando à geração de renda e à promoção da coletividade social, para alcançar o desenvolvimento.

Neste contexto, o objetivo desta pesquisa foi analisar a implementação e gestão dos 17 Centros de Artesanato mineiro do Programa do Artesanato Brasileiro, buscando identificar sua coerência com os fundamentos do Programa do Artesanato Brasileiro e com os princípios da Economia Solidária.

Este estudo caracterizou-se como uma pesquisa de natureza descritiva de cunho qualitativo, por se tratar de uma investigação de 17 Centros pertencentes a um programa a pesquisa pode ser denominada estudo de caso. A coleta de dados se deu por meio pesquisa documental, entrevistas e aplicação de questionário. Foram entrevistados tanto o deputado federal responsável pela implantação dos Centros quanto os gestores em cada município.

O tema torna-se relevante do ponto de vista acadêmico, uma vez que os resultados obtidos poderão contribuir para a melhoria dos indicadores relativos à gestão de projetos sociais e da economia solidária. Pode ainda trazer benefícios quanto à avaliação de políticas e programas sociais, gerando resultados que possibilitem o exercício do controle social e os avanços na efetividade das ações sociais.

O presente trabalho está estruturado em cinco capítulos, incluindo esta Introdução, que inclui o problema da pesquisa, justificativa e objetivos do estudo. No capítulo 2, apresenta-se o referencial teórico que contém os principais fundamentos que sustentaram o estudo. No capítulo 3, apresenta-se a metodologia explicitando-se os procedimentos para coleta e análise dos dados. No capítulo 4, descrevem-se os

resultados, procedendo-se à análise. No capítulo 5, expõem-se as conclusões e sugestões para futuras pesquisas.

1.1 Problema

O ambiente no qual se desenvolvem os projetos sociais caracteriza-se pela presença de atores, representados por instituições, pessoas ou grupos que defendem interesses diversificados. Desse modo torna-se necessário decidir o que se deve priorizar objetivando a efetiva intervenção do problema identificado. Isto se dá de maneira mais visível nos projetos de cunho social em que grande parte da sociedade é afetada.

Na visão de Singer (2000 p. 15),

Projetos sociais para geração de renda são considerados projetos de desenvolvimento, destinados à promoção da coletividade social. Esses projetos visam, por meio do incentivo inicial proporcionado pela gestão pública, criar meios, recursos e ferramentas que permitam a produção de riquezas, objetivando a suficiência em resposta às necessidades de todos e um desenvolvimento genuinamente sustentável, onde a cooperação é valorizada em detrimento da competição.

É nesse contexto que se insere o programa de Artesanato Brasileiro – PAB esse programa está vinculado ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, por meio do Decreto 1.508, de maio de 1995. Seu principal objetivo é gerar oportunidades de trabalho e de renda, bem como estimular o aproveitamento das vocações regionais, levando à preservação das culturas locais e à formação de uma mentalidade empreendedora, por meio da preparação das organizações e de seus artesãos para o mercado consumidor, com foco na cadeia produtiva do artesanato (BRASIL, 2007).

Uma vez criado o PAB pelo MDIC foi proposto ao Ministério do Planejamento sua inserção nas propostas do Orçamento da União relativas aos projetos sociais. Intermediados pelo Poder Legislativo, os recursos destes projetos foram direcionados à gestão pública municipal para aplicação das propostas do PAB com intuito de promover a profissionalização da classe de artesãos como forma de geração de renda. Por ser um projeto desenvolvido pelo poder público, o PAB está

sujeito a um tipo de administração que deve ser embasada em princípios de gestão social e pública. Entretanto, estudos de autores como Pereira (2005) e Costa (2002) demonstram que as gestões públicas ainda adotam como referência os modelos aplicados por gestões privadas, que visam acelerar o desenvolvimento econômico por meio da valorização de uma cultura capitalista. Esses estudos apontam as dificuldades de gestões social e pública enfrentadas pelos Órgãos competentes. O não conhecimento de aspectos e princípios de uma Economia Social, ou seja, Economia Solidária, como por exemplo, aspectos solidários e ambientais, contribuem para o agravamento da questão gerencial de projetos sociais.

Desse modo diante das dificuldades enfrentadas em projetos de gestão social quer seja por parte dos órgãos competentes ou pelo não conhecimento de aspectos e princípios de uma economia social que a questão que norteou este estudo foi Como se deu a implantação dos Centros? e qual sua coerência com o princípios do Programa Brasileiro de Artesanato?

1.2 Justificativa

Todo processo de gestão necessita de critérios para que seja conduzido corretamente. Nesse contexto, os processos descritivos e avaliativos assumem importância considerável. Indicadores devem ser criados a desses processos para complementar fatores de sucesso em projetos de gestão pública e social, além da avaliação coletiva.

Desse modo, torna-se necessário de estabelecer parcerias com as sociedades civis, organizadas por meio de associações, fundações, sindicato e movimentos sociais em âmbito mundial. As empresas têm estendido sua visão para um longo prazo, descobrindo interesses comuns em ações de responsabilidade social e ambiental, cujo objetivo é alcançar resultados, uma vez que as forças políticas e econômicas que permeiam as formas de parcerias,, alianças e organizações devem ser cuidadosamente reconhecidas. Os interesses comuns que norteiam e estimulam esses diversos tipos de livre associação devem ser objetivados. Assim, se esses requisitos não forem atendidos, os projetos sociais construídos a partir de parcerias intersetoriais não alcançarão a efetividade (DOWBOR, 2002).

O desenvolvimento deste estudo justifica-se pela ausência de mecanismos norteadores de descrição e avaliação de projetos de cunho social que sejam capazes de apresentar variáveis à sua mensuração em questões relativas a implementação, desempenho e sustentabilidade. Com isso, essa investigação torna-se essencial por obter o entendimento de modelos de gestão, de conceitos de Economia Social, e de dados empíricos derivados de pesquisa de campo junto aos órgãos idealizadores do PAB. Esse tipo de economia deve ser equivalente aos propósitos da gestão pública e deve proporcionar instrumentos que sejam capazes de promover o entendimento de todas as dificuldades encontradas pela aplicação de um modelo capitalista na gestão social. O conhecimento do modelo de Economia Solidária é imprescindível para elucidar problemas e superar obstáculos de uma gestão pública, que deve, acima de tudo, adotar políticas que visem ao bem estar social.

A contribuição científica deste estudo, manifesta-se pelo esclarecimento que proporciona entre os tipos de gestão pública e social, cooperativismo e economia solidária. Há também a contribuição social, que se evidencia pela prestação de contas à sociedade mediante a apresentação do estudo de caso e do panorama de implementação do programa social PAB, apontando sua atual situação prática e descrevendo e demonstrando os resultados dessa implantação relativos às suas expectativas.

Os aspectos relativos à administração este estudo têm como foco a difusão de questões associadas à gestão de projetos sociais e à discussão da efetividade de sua implementação.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Analisar a implementação dos 17 Centros de Artesanato mineiro e sua coerência com os fundamentos do PAB e da Economia Solidária.

1.3.2 Objetivos específicos

- Apurar como se deu a escolha dos 17 Centros de Artesanato mineiro;
- Descrever como se deu a implementação do Projeto de Construção dos 17 Centros de Artesanato mineiro e seus principais resultados;
- Discutir os princípios da Economia Social na implementação dos 17 Centros de Artesanato e do PAB;
- Explicitar de que forma os princípios da economia solidária foram implementados nos 17 centros de artesanato.
- Identificar quais as facilidades e dificuldades na adoção dos fundamentos do PAB;

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo apresentam-se os fundamentos teóricos da pesquisa, sustentados por um arcabouço teórico afeto à Gestão Social e Gestão Pública, Gestão de Projetos Sociais, Cooperativismo e Economia Solidária e Novo Cooperativismo.

2.1 Gestão pública e gestão social

Durante o período de ditadura militar, a concentração de renda, a degradação ambiental e o desperdício de recursos potenciais locais eram resultados de uma política pública em que a participação da população interessada não era levada em conta. Baseada em um planejamento autoritário, tal política representava interesses oligárquicos, que se escondiam por detrás de um saber técnico de suposta neutralidade (ASSIS; RIBEIRO, 2003, p. 4).

Na década de 1980, a redemocratização da política brasileira inicia um processo de gestão social das políticas públicas. Tal gestão é definida como

[...] uma tentativa de substituição da gerência tecnocrática e monológica por um gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais” (TENÓRIO, 1998, apud ASSIS, RIBEIRO, 2003, p.4).

A mudança de postura em relação à formulação e implementação de políticas ocorreu em função da mudança de papel do Estado, das orientações de organismos multilaterais e do crescimento da reivindicação por parte da sociedade civil. O Estado reduziu a sua função de promotor direto e ativo do desenvolvimento. A crise fiscal e as desigualdades sociais levaram-no ao reconhecimento da necessidade de implementação de novas formas de política pública. Os organismos multilaterais condicionam seus apoios a metodologias de ações participativas. O Banco Mundial, por exemplo, passou a orientar seus projetos em função do estímulo do desenvolvimento comunitário e do Capital Social. A sociedade civil, por sua vez, organiza-se em movimentos sociais na exigência da elaboração de políticas de desenvolvimento que respondessem às necessidades de populações excluídas.

Essas políticas deveriam contar com o maior envolvimento dessa sociedade tanto na elaboração quanto na execução, acompanhamento e avaliação dos resultados (ASSIS; RIBEIRO, 2003, p. 4).

Na visão de Pereira (2005), as características que diferem a gestão pública de gestão social são as seguintes:

Gestão Pública diz respeito aquele modo de gestão praticado no seio das instituições públicas do Estado nas suas mais variadas instâncias. Tal modo de gestão distingue radicalmente da Gestão Social quanto a natureza dos objetivos pesquisados, entretanto aproxima-se da Gestão Privada em relação ao modo de operacionalizar a gestão, que assenta-se numa lógica burocrática e de poder segundo os parâmetros de uma racionalidade instrumental e técnica. Evidentemente a postura da gestão pública também varia em função da composição do poder político governamental, podendo afirmar-se lógicas mais democráticas, tecnoburocráticas ou clientelistas etc... Ela, a gestão pública, fica assim condicionada pela cultura política reinante (PEREIRA *et al.*, 2005, p.12).

Gestão Social corresponde então ao modo de gestão próprio às organizações, atuando num circuito que não é originariamente aquele do mercado e do Estado, muito embora estas organizações entretendam, em grande parte dos casos, relações com instituições privadas e públicas, através de variadas formas de parcerias para consecução de projetos. Este é o espaço próprio da chamada sociedade civil, portanto uma esfera pública de ação que não é estatal. As organizações que atuam neste âmbito, que são sobretudo associações, não perseguem objetivos econômicos. O econômico aparece apenas como um meio para a realização dos fins sociais, que podem definir-se também em termos culturais (de promoção, resgate ou afirmação identitária, etc), políticos (no plano de uma luta por direitos etc.) ou ecológicos (em termos de preservação e educação ambiental etc.), a depender do campo de atuação da organização. É exatamente esta inversão de prioridade em relação à lógica da empresa privada que condiciona a especificidade da gestão social (PEREIRA *et al.*, 2005, p.13).

A idéia de gestão social pode ser aprofundada por meio de um pensamento que a define como um processo que é um modo habitual de se concebê-la na gestão administrativa. Ou seja sociedade moderna é antes de tudo uma sociedade do trabalho (PEREIRA *et al.*, 2005).

Gestão social é a gestão das demandas e necessidades dos cidadãos. [...]. Elas adentram a agenda do estado, quando se constituem em demanda fortemente focalizada por grupos e movimentos da sociedade, que adensam forças e pressões introduzindo-as na arena política (CARVALHO 1998 apud PEREIRA *et al.* 2005, p.9).

Segundo Costa (2003, p. 47) do ponto de vista administrativo, há interesse na pesquisa da questão gerencial, pois a racionalidade empresarial não é incompatível com a racionalidade construtiva de laços sociais.

A gestão social então, acaba por se confundir com a própria idéia de gestão pública. O estado na Modernidade sempre teve a atribuição de gerenciar as necessidades e demandas sociais, e o faz por meio de políticas públicas, especificamente as políticas sociais. No entanto, isso nunca significou exclusividade. O termo *gestão social* vem sugerir assim, para além do Estado. Ou seja:

A gestão das demandas e necessidades do social pode se dar via própria sociedade, através das suas mais diversas formas e mecanismos de auto-organização, especialmente o fenômeno associativo (PEREIRA et al., 2005, p. 10).

Portanto, a gestão pública não leva em consideração a conexão entre receita e despesa. Os serviços públicos somente gastam o dinheiro da receita derivada dos tributos impostos pela lei. A administração de instituições públicas (gestão pública) torna-se delicada, complexa e morosa quando se trata dos vários processos, por absoluta falta de objetividade e foco do controle externo. É uma pequena fração daquele exercido sobre uma empresa financiada pela sociedade (BORTOLANZA, 2005). O autor entende:

A administração pública se focaliza diretamente no interesse público, não havendo preço de mercado para as realizações, já que os assuntos não podem ser aferidos por resultados econômicos (BORTOLANZA, 2005, p. 19).

Bem como

[...] muitas técnicas empregadas em gestão de empresas privadas também são usadas nas gestões públicas. No entanto, existem peculiaridades que diferenciam a gestão pública da gestão dessas empresas. E os resultados da gestão privada são vistos como ganhos de capital e os resultados da administração pública são obtidos pela melhoria das infra-estruturas, das condições de vida e bem-estar da população (Bortolanza, 2005, p.20).

A nova Gestão Pública surge para transformar a administração pública, a fragmentação, autonomização e separação de tarefas propostas por uma nova gestão que determina que o Estado assuma apenas a posição majoritária de financiador e definidor de políticas públicas. A nucleação de atividades e a

autonomização de unidades de gerenciamento deverão promover uma definição de indicadores de desempenho que tornam os objetivos e os desvios mais fáceis de identificar. Dessa maneira fica mais fácil prosseguir, redefinir e adotar um plano de ação que permita corrigir esses desvios e modificar as configurações organizacionais da administração pública (RODRIGUES, ARAÚJO, 2005).

França Filho (2003) *apud* Pereira *et al.* (2005, p. 11), ressaltam que o discernimento de gestão social diante da gestão pública, em toda a sua dimensão, é importante. Os autores sugerem que a gestão social pode ser pensada como um modo de orientar uma ação organizacional sob a idéia de “um plano macro de abrangência no enfoque da gestão (a sociedade ou comunidades territoriais)”. Esse pensamento diz respeito a uma forma de gestão que, “do ponto de vista da sua racionalidade, pretende subornar as lógicas instrumentais a outras lógicas mais sociais, políticas, culturais, ou ecológicas. Isto, posto em função da finalidade mesmo da organização que define o escopo da gestão” (FRANÇA FILHO, 2003, *apud* PEREIRA *et al.*, 2005, p. 10).

Conforme Assis e Ribeiro (2003), uma maior abertura nas políticas públicas para que a sociedade tenha sua inserção garantida tem criado espaços que permitiram a realização de várias ações que envolvam poderes e órgãos públicos conjuntamente com organizações da sociedade civil. Dentre esses espaços encontram-se os Conselhos Municipais e os Orçamentos Participativo. No entanto, problemas de participação popular e de resultados, especialmente nos municípios, têm sido percebidos. Esses últimos têm sofrido com disputas e domínios por parte de forças sociais rígidas. Essas forças atuam contra o desenvolvimento autônomo e a emancipação de determinados setores da sociedade.

A situação enfrentada pelos municípios perde força quando são analisados espaços de abrangência maior. Isso ocorre porque a expressão de forças conservadoras relacionadas a poderes locais encontra maior dificuldade quando se depara com a articulação de organizações sociais. Essas organizações são fortalecidas pela união de experiências e pela mediação do Poder Público (principalmente as instâncias federais) no que tange ao relacionamento entre poder local e organizações da

sociedade. As instâncias federais estabelecem uma arena com regras diferenciadas para a ação (ASSIS e RIBEIRO, 2003).

A presença de uma gestão social traz vantagens em sua aplicação em todos os espaços, inclusive municipais, tendo em vista que permitem:

Desenvolver ações de maneira mais eficiente através do compartilhamento de problemas e potenciais - como aqueles relacionados à escala de produção e à comercialização -, e do estabelecimento de ações em conjunto entre municípios e atores sociais com características semelhantes; tratar de forma mais adequada os problemas que, devido à sua própria natureza, nem sempre respeitam as fronteiras divisórias dos municípios, não podendo ser resolvidos isoladamente, como é caso de questões ambientais ligadas à água e à biodiversidade. Passa-se então a pensar um processo de organização das políticas públicas e espaços de gestão de forma territorial, buscando estimular desenvolvimento integrado, microrregional e participativo (VEIGA, 2001, *apud* ASSIS; RIBEIRO, 2003, p. 5).

Para se falar de Gestão de Projetos é necessário contextualizar o conceito de projeto. Projeto pode ser definido como empreendimento temporário ou uma seqüência de atividades com começo, meio e fim programados, cujo objetivo é fornecer um produto singular, segundo as restrições orçamentárias (MAXIMINIANO, 2002, p. 26).

Segundo Menezes (2001, p. 4), projeto é “um empreendimento único que deve apresentar um início e um fim claramente definido e que, conduzido por pessoas, possa atingir seus objetivos respeitando os parâmetros de prazo, custo e qualidade”.

Cleland (1999) entende que projeto é uma combinação de recursos organizacionais alocados para desenvolver algo que não existia previamente, de modo a fornecer um aperfeiçoamento da capacidade de performance no planejamento de estratégias organizacionais.

Em uma economia globalizada, o conceito de Gestão de Projetos torna-se cada vez mais importante. O número de empresas e organização com ou sem fins lucrativos que estruturam seu sistema produtivo para o desenvolvimento e venda de projetos não repetitivos é crescente. A necessidade de dominar os princípios e as técnicas de Gestão de Projetos torna-se fundamental para que as organizações alcancem sucesso e melhorem seus resultados.

Gestão de Projetos define-se como sendo a aplicação de conhecimento, habilidades, ferramentas e técnicas sobre as atividades do projeto, de forma que os requisitos do projeto sejam atingidos. Ou seja a realização de um projeto é visa atingir o seu objetivo, atendendo aos requisitos, considerando as dificuldades, complexidades e técnicas necessárias para sua execução (GOMI, 2003).

Um conjunto integrado de atividades que procura transformar uma parcela da realidade, reduzindo ou solucionando um problema, para satisfazer necessidades de grupos que não possuem recursos ou meios para solucioná-las por meio do mercado denomina-se Projeto Social (CEPAL, 1995; NOGUEIRA, 1998).

A gestão de projetos sociais consiste, pois em um conceito ainda em construção, sobre isso teóricos têm discutido, com o intuito de identificar práticas sociais em projetos governamentais como em projetos propostos por organizações não governamentais (ONGs), associações e, até mesmo, o setor privado. Esse tipo de gestão abrange uma grande variedade de atividades que intervêm em áreas da vida social em que a ação individual auto-interessada não basta para garantir a satisfação das necessidades essenciais da população. Ou seja, são áreas bastante diferenciadas, podendo abranger desde o abandono de crianças e idosos por seus familiares, até a exclusão temporária ou definitiva de pessoas que estão aptas à produção social, ou a situação dos indigentes e enfermos físicos ou mentais, bem como a necessidade de geração de renda (PEREIRA et al. 2005)

Singer (1999) *apud* Pereira et al. (2005, p. 10) descreve que as atividades voltadas para estas áreas são,

[...] na maioria das democracias capitalistas é de responsabilidade pública, embora igrejas e grupos leigos ecumênicos também se engajem nelas. Elas constituem elaborada rede de instituições seguradoras ou previdenciárias, suplementadas, por iniciativas cidadãos, que formam o Estado de Bem-Estar social.

De acordo com Costa (2003), existem inúmeras dificuldades em termos de gestão de empreendimentos de natureza social. Mesmo com todo o esforço realizado na educação de grupos para a autogestão e para padrões de relacionamento modernos, ainda há muito o que fazer. É necessário que haja investimentos por

parte da administração de empreendimentos sociais, o que requer maior capacitação gerencial, sendo considerado este um fator crítico.

As principais dificuldades de gerenciamento encontradas por diversos autores são descritas, tendo como fundamentação programas sociais de Economia Solidária, bem como as possíveis alternativas apontadas para que os problemas dessa natureza pudessem ser contornados conforme QUADRO 1.

Quadro 1 – Dificuldades e alternativas para a gestão de projetos sociais tendo como exemplo a Economia Solidária

Autor	Dificuldades	Alternativas
Gaiger (2000)	Indiferença dos vários elementos que intervêm no processo produtivo (gestão); Problemas de organização do grupo (aspectos legais, participação, ganhos, relacionamentos).	Potencializar as trajetórias anteriores de vida dos atores, que reforçam os laços de solidariedade; Criar ou desenvolver um entorno social favorável, com a presença influente de lideranças e promotores externos; Desenvolvimento simultâneo dos vetores empresarial e solidário.
Tiriba (2000)	Educação, organização e gestão do trabalho; relações com o mercado; redes de ação coletiva; Motivações e expectativas dos trabalhadores.	A produção como instância educativa, redefinindo conceitos de produtividade e eficiência; Domínio da capacitação técnica e gerencial, como meio de libertação do trabalhador.
Pochmann (2002)	Servem apenas para a precária sobrevivência de uma pessoa ou um grupo familiar; Ressentem-se da falta de um plano de investimentos viável; Falta uma organização eficiente; Têm pouco apoio do poder público; Inserem-se de forma desvantajosa no mercado competitivo e submetem a uma lógica de exploração e precarização da mão de obra.	Formação para a autogestão popular; Assessoria e assistência para a organização dos empreendimentos; Capacitação técnica para desenvolvimento da atividade prevista; Incubação de tecnologias para o desenvolvimento social; Comercialização, mercados e estratégias de demanda; Inclusão de todas essas políticas numa discussão mais ampla de “desenvolvimento local”.
Carrion (2002)	Definição precisa de preço de venda, dificultando a comercialização (preço alto) ou o resultado (preço baixo); Dificuldades de relacionamento e de organização do trabalho; Formalização de parcerias com outros atores de forma efetivamente comprometida.	Conselho de gestão envolvendo todos os atores do projeto; Supervisão constante após o período de incubação (consórcio); Articulação em redes com outros empreendimentos e com o ambiente institucional; Fomento a pesquisas acadêmicas interdisciplinares compatíveis com o desenvolvimento dos projetos.

Fonte: Costa (2003 p. 44).

De acordo com Tenório (1998) *apud* Costa (2003) A gestão social opõe-se a modelos de gestão estratégica, normalmente aplicados em organizações privadas. Os processos de tomada de decisões são construídos a partir de diferentes sujeitos sociais que se baseiam em relacionamentos intersubjetivos.

Programas como o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) surgem nesse contexto como norteadores de direções que vêm contribuir para uma manutenção, por meio de uma gestão bem sucedida, de projetos sociais implantados. Formula-se então o seguinte:

Uma pequena parcela das pessoas de uma localidade – participando de organizações estatais e não-estatais, conectadas horizontalmente em rede, capacitadas para a gestão e para o empreendedorismo social, empresarial e governamental e atuando, com reconhecimento institucional, por meio de parcerias na esfera pública, com legitimidade conferida pela comunidade para formular um projeto de futuro e para coordenar a implementação desse projeto – é capaz de provocar a instalação de processos sustentáveis de desenvolvimento, transformando radicalmente a realidade local (AED, 2002, p. 16).

Visa à instalação de processo institucional de composição da rede acima mencionada. Para isso, ele conta com a capacitação de pessoas e organizações para a efetiva gestão empreendedora da rede em si, facilitando o encontro de ofertas a níveis governamentais e não-governamentais, sendo baseado na expectativa de futuro de uma determinada comunidade.

Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS pode ser interpretado, principalmente, como um programa de investimento em Capital Social e em Capital Humano”. Além disso, a indução de um desenvolvimento é baseada na capacidade de criação de ambientes sinérgicos, a partir do Capital Social, tornando possível o crescimento sucessivo e simultâneo também faz parte dos objetivos do programa (AED 2002, p. 12)

O modelo de funcionamento do DLIS é descrito pela AED (2002, p. 32) da seguinte maneira:

- a) Cada localidade faz um diagnóstico participativo para conhecer a sua realidade, identificar os seus problemas e descobrir suas vocações e potencialidades.

- b) A partir desse diagnóstico, é feito, também de modo participativo, um plano de desenvolvimento.
- c) Desse plano é extraída uma agenda com ações prioritárias que deverão ser executadas por vários parceiros: Governo Federal, governo estadual, prefeitura e organizações da sociedade civil.
- d) Tudo isso é organizado por um fórum democrático formado por lideranças locais.
- e) Estas lideranças locais participam de um processo de capacitação para a gestão local do seu processo de desenvolvimento.
- f) Há uma negociação entre os vários parceiros responsáveis pela execução das ações contidas na agenda.
- g) É celebrado então um pacto de desenvolvimento na localidade e assinado um termo de parceria com as metas a serem atingidas e os responsáveis por elas.

Desse modo, as estratégias de indução ao DLIS têm na capacitação das comunidades (citada nos passos acima) como um de seus eixos básicos para a gestão e empreendedorismo social. É necessário então que os responsáveis pela capacitação conheçam previamente as características sócioeconômicas e culturais da região, do município e da população com que vão trabalhar. Dentre as estratégias do DLIS, em função da capacitação, é necessário escolher sempre procedimentos que estimulem ou possibilitem,

[...] a participação de todos; a cooperação entre eles; a compreensão sobre os objetivos das atividades propostas e dos conteúdos tratados; a criatividade na busca de alternativas para o desenvolvimento local e a autonomia (AED, 2002, p. 21).

O DLIS sensibiliza a comunidade para a necessidade de se realizar a capacitação gerencial. Estimula a realização de um fórum em que serão discutidas as questões pertinentes à capacitação. Deve ser elaborado um cronograma inicial de encontros, em que a forma de convocação e organização das etapas seguintes será definida. Os membros que participarão do fórum são escolhidos no final da etapa de sensibilização.

Definido o encontro de instalação do fórum local, devem-se discutir e detalhar os compromissos e responsabilidades de cada membro, as regras de funcionamento, a forma de comunicação, a organização de reuniões comunitárias e noções de planejamento, negociação e gestão. Com a rotina de trabalho definida pelo grupo, tornam-se indispensáveis os encaminhamentos relativos ao Diagnóstico Participativo Local, caracterizado por (AED, 2002)

- a) identificação de fontes de consulta no município e divisão de tarefas, com a disponibilidade de tempo de cada um dos membros do fórum;
- b) busca de fontes externas de dados municipais nos órgãos de governo estaduais e federais, e via Internet assim como a Identificação de quem tem condições para realizar esta tarefa;
- c) definição de responsáveis por buscar informações em comunidades mais afastadas da sede do município ou em grupos que não estejam representados de nenhuma forma no fórum de DLIS (embora o desejável seja que todos os grupos estejam de alguma forma representados nessa instância); e
- d) definição de procedimentos para sistematizar os dados do diagnóstico do Fórum.

O Plano de Desenvolvimento Local – PDL por sua vez, constitui-se de etapas que incluem a convocação de todos os membros do fórum, a preparação de infraestrutura para o(s) encontro(s), a reprodução dos resultados do Diagnóstico Participativo Local a redação final do Plano de Desenvolvimento Local a reprodução e distribuição aos membros do Conselho ou Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (AED 2002).

Os encaminhamentos necessários para a elaboração de uma Agenda Local e para a Negociação da Agenda Local são descritos no DLIS e envolvem a sistematização e envio de resultados, o acompanhamento do cronograma de encontros e a comunicação a todos os membros sobre as etapas de negociação.

Segundo a AED (2002) é prematuro que sejam definidas todas as necessidades de cada localidade envolvida na implementação do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.

“pois elas serão produto da composição do grupo em cada município e do conjunto de saberes que o grupo possui” (AED, 2002, p.23).

No entanto, existe um fator em comum: a definição dos temas e a elaboração do cronograma da capacitação devem garantir a presença de todos. Nenhum processo de implementação ou gerenciamento de projetos sociais está completo sem a importante contribuição do acompanhamento e avaliação.

De acordo com Ramos (2007, p. 93), a avaliação deve ser tratada como,

[...] um processo e como algo que faz parte da gestão de um programa ou política social, e não como algo isolado.

Assim, é válida a definição abrangente formulada pela Organização das Nações Unidas (ONU), no que trata de

Processo orientado a determinar sistemática e objetivamente a pertinência, eficiência, eficácia e impacto de todas as atividades à luz de seus objetivos. Trata-se de um processo organizativo para melhorar as atividades ainda em marcha e ajudar a administração no planejamento, programação e futuras tomadas de decisões (COHEN; FRANCO, 1993, *apud* RAMOS, 2007, p. 93).

Para que a aplicação da avaliação seja direcionada e bem sucedida, é necessário observar duas perspectivas que permitem a definição do caráter da avaliação como sendo somativa ou formativa. A avaliação somativa permite determinar o grau de alcance dos objetivos, ao passo que a avaliação formativa é aquela que gera subsídios para o aperfeiçoamento dessa visão. Surge a partir de autores como Aguilar e Ander-Egg (1994) e Worthen *et al.* (2004), os quais entendem ainda que esta última encontra-se mais relacionada aos procedimentos adotados na fase de execução e cuja realização seria muito importante para a consecução da primeira. Ao considerar-se a eficácia da avaliação, ela se orienta para os objetivos propostos, com intuito de confirmar se ocorreram as transformações pretendidas (RAMOS, 2007, p. 95).

Biekart (1996) *apud* Ramos (2007, p. 96) considera que a avaliação seria capaz de contribuir para o fortalecimento da sociedade civil. Esse fortalecimento seria caracterizado pela existência de organizações numerosas e mais influentes, que representariam a diversidade de interesses, a cooperação e o diálogo entre as mesmas, a democracia interna, a melhor capacidade de propor idéias e soluções, a legitimidade, autonomia e a independência de pressões externas. Mas, acima de tudo, a responsabilidade social e a cidadania, fundamentadas no conceito democrático. O autor condiciona o fortalecimento aos esforços avaliativos em função da clareza, do consenso dos conceitos inerentes à avaliação e aos programas sociais. O contexto político-social, a clara definição dos resultados a que se pretende chegar e o uso dos instrumentos qualitativos e quantitativos também são fatores condicionados pelo autor ao fortalecimento propriamente dito (BIEKART, 1996 *apud* RAMOS 2007)

Ramos (2007) ressalta que o acompanhamento de programas sociais deve ser realizado nos contextos mencionados. Contudo, os principais riscos de utilização desse contexto avaliativo são caracterizados pela possibilidade de superestimação ou subestimação de metas ou objetivos de planos ou programas que foram mal elaborados ou formulados. Se as metas foram superestimadas há o risco de se diagnosticar fracassos em programa de qualificada complementação; caso o contrário, o risco agora é de se obterem falsas avaliações positivas.

A prestação de contas e a geração de melhorias podem estar dentro dos propósitos de um processo avaliativo de projetos e programas sociais. No caso da primeira, a execução orçamentária, o cronograma e o número de pessoas atendidas podem caracterizar a dimensão política em que ela se insere. No caso da geração melhorias, uma ampla abordagem metodológica pode ser exigida, em que onde aspectos como implementação e processo, resultado final e reavaliação do programa podem estar presentes. Cada programa social deve ser tratado diferentemente em termos de gestão. Por conseguinte, a avaliação também deve ter característica própria. A avaliação pode ser considerada como a síntese do processo de gestão de programas sociais (RAMOS, 2007, p. 96).

Assim, o baixo acúmulo de experiências de avaliação de programas sociais desperta uma preocupação generalizada com o tema e atenta para a necessidade de desenvolvimento desse tipo de tecnologia. Dessa maneira, a qualificação dos programas a serem avaliados deve gerar informações que retroalimentem sua gestão. A prestação de contas aos instituidores, aos parceiros e à sociedade em geral deve fazer parte de qualquer organização. A manutenção da sustentabilidade de projetos e programas sociais implementados ou ainda por implementar deve ser embasada em aspectos de gerenciamento característicos desse setor, para que, as transformações pretendidas sejam sólidas bem sucedidas (RAMOS, 2007).

2.2 O cooperativismo

Sob o contexto histórico, o cooperativismo surge em dezembro de 1844, no bairro de Rochdale, em Manchester (Inglaterra), quando 27 tecelões e uma tecelã fundaram a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale com o resultado da economia mensal de uma libra de cada participante durante um ano. Tendo o homem como principal finalidade, e não o lucro, os tecelões de Rochdale buscavam naquele momento uma alternativa econômica para atuarem no mercado, frente ao capitalismo ganancioso, que os submetiam a preços abusivos, exploração da jornada de trabalho de mulheres e crianças (que trabalhavam até 16h) e ao desemprego crescente, advindo da Revolução Industrial. Naquele momento, a constituição de uma pequena cooperativa de consumo no então chamado *Beco do Sapo* (Toad Lane) estaria mudando os padrões econômicos da época e dando origem ao movimento cooperativista. Tal iniciativa foi motivo de deboche por parte dos comerciantes. Logo no primeiro ano de funcionamento, o capital da sociedade aumentou para 180 libras e cerca de dez anos mais tarde o *Armazém de Rochdale* já contava com 1.400 cooperantes. O sucesso dessa iniciativa passou a ser um exemplo para outros grupos. O cooperativismo evoluiu e conquistou espaço próprio, definido por uma nova forma de pensar o homem, o trabalho e o desenvolvimento social, Surgindo assim, na Inglaterra a primeira cooperativa formal do mundo: *Rochdale Equitable Society Limited*.. (PORTAL DO COOPERATIVISMO, 2007)

Para dar continuidade à obra dos pioneiros de *Rochdale*, institui-se em Londres, Aliança Cooperativa Internacional no ano de 1895, a (ACI) que atualmente tem sede em Genebra, Suíça. Esse órgão de representação das cooperativas do mundo inteiro reunia em 2003 cerca de 260 organizações-membro, localizadas em centenas de países e mais de uma dezena de organizações internacionais, congregando mais de um bilhão de pessoas nos segmentos da agricultura, pesca, crédito, bancos, energia, indústria, consumo, habitação, seguro, saúde e turismo dentre outros (PINHO, 2004, p. 69).

Segundo Rech (1995 p. 25) entende-se por cooperativa

[...] uma associação de pessoas que se uniram voluntariamente para realizar um objetivo comum, através da formação de uma organização administrada e controlada democraticamente, realizando contribuições eqüitativas para o capital necessário e aceitando assumir de forma igualitária os riscos e benefícios do empreendimento no qual os sócios participam ativamente.

De acordo com Pinho (1962, p. 41),

[...] a palavra cooperativa é proveniente do latim *cooperativus, de cooperari*, que tem o significado de obra em comum.

O Cooperativismo é uma doutrina econômica que atribui às cooperativas um papel primordial. Cooperativas são empresas constituídas por membros de determinado grupo econômico ou social cujo objetivo é desempenhar em benefício comum determinada atividade econômica (FERREIRA, 1986).

A Aliança Cooperativa Internacional – ACI conceitua cooperativa como uma sociedade autônoma de pessoas que se unem de forma voluntária para satisfazer suas necessidades mediante uma empresa de propriedade conjunta e de gestão democrática (PINTO; MARTINS, 2003).

A missão da ACI centra-se em quatro objetivos:

- a) Influir cooperativamente nas políticas governamentais e legislações nacionais;

- b) Ajudar o desenvolvimento institucional das cooperativas em nível nacional, reformando-o e/ou ajudando-o a criar organizações nacionais de cúpula para orientar as cooperativas;
- c) Concentrar-se no desenvolvimento dos recursos humanos, em nível nacional e regional; e
- d) Mobilizar recursos, estimular agências de desenvolvimento para suporte das cooperativas e coordenar movimentos de assistência às cooperativas (PINHO, 2004, p. 69).

O conceito rochdaleano da doutrina cooperativa baseia-se em princípios decorrentes da aprovação pela ACI, em Manchester, 1995, vigentes até os dias de hoje. Verificou-se a reafirmação do conceito dessa doutrina mediante as atualizações dos *valores de identidade*. Os objetivos idealistas e pragmáticos, ancorados no anseio à solidariedade, na união de todos os povos para a prática cooperativista e no prolongamento do conceito rochdaleano de sociedade democrática e aberta, procuram conter a desenfreada competição capitalista. Ou seja, a finalidade principal da cooperativa é corrigir e modificar os meios econômicos sociais no que se refere à eliminação da competitividade e da desigualdade social, pela cooperação, autonomia, auto-sustentabilidade e igualdade de direitos (PINHO, 2004, p. 69).

Ao serem considerados os sete princípios de *Rochdale*, verifica-se que os três primeiros dirigem-se à dinâmica interna típica de qualquer cooperativa e os quatro últimos dirigem-se tanto ao funcionamento interno quanto às relações externas das cooperativas. São eles:

- a) Princípios de adesão voluntária e aberta – seu fundamento está pautado no pensamento filosófico cooperativo de que toda cooperativa é uma organização voluntária e aberta a todas as pessoas capazes de utilizar seus serviços que estejam dispostas aceitar as responsabilidades decorrentes da condição de sócio, sem nenhuma discriminação de sexo, raça, política, religião ou condição social. Tal princípio reafirma a importância de que as pessoas assumem, voluntariamente, o compromisso de associar-se para a criação das

entidades cooperativas ou para sua integração. Elas não podem ser obrigadas a tal procedimento.

- b) Princípios da gestão democrática por parte dos sócios – reflete o pensamento filosófico cooperativo de que as cooperativas são organizações gerenciadas democraticamente pelos próprios sócios, os quais participam ativamente da fixação de suas políticas e das tomadas de decisões. Os sócios que são eleitos para representar e gerir a instituição são responsáveis ante os demais sócios. Nas cooperativas de primeiro grau, os sócios possuem iguais direitos de voto (um voto por sócio), observando-se, também, a organização democrática para as cooperativas de outros graus.
- c) Princípios da participação econômica dos sócios – os sócios contribuem equitativamente para a formação do capital da cooperativa e participam, democraticamente, de sua gestão. Pelo menos parte desse capital é de propriedade comum da cooperativa. Usualmente, os sócios recebem uma compensação, se existente, limitada sobre o capital entregue como condição para ser sócio.
- d) Princípio da autonomia e independência – embasado no pensamento filosófico cooperativo de que as cooperativas são organizações autônomas de auto-ajuda geridas por seus sócios. Nessa condição, mesmo quando firmam acordos com outras organizações, públicas ou particulares, ou quando conseguem capital de fonte externa, fazem-no em termos que lhes assegurem o controle democrático por parte de seus sócios e mantenham suas autonomias cooperativas.
- e) Princípio da educação, formação e informação – estabelecido com fulcro no pensamento filosófico cooperativo, de que as cooperativas são instituições que devem proporcionar educação e formação a seus sócios, aos representantes eleitos, a seus diretores e, também, a seus empregados, a fim de que possam contribuir de forma eficaz para o desenvolvimento das cooperativas.
- f) Princípio da cooperação entre cooperativas – fundamentado na filosofia cooperativa de que as cooperativas existem para servir a seus sócios da forma mais eficaz possível e de que elas fortalecem os

movimentos cooperativos, trabalhando conjuntamente por meio de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais.

- g) Princípio de interesse pela comunidade – estabelecido com base no pensamento filosófico de que as cooperativas trabalham para conseguir o desenvolvimento sustentável de suas comunidades mediante políticas aprovadas por seus sócios (SILVA FILHO, 2002. P. 155 a 162).

Atualmente, existem os seguintes tipos de cooperativas:

- a) as cooperativas de produção representadas por confecção de roupas, artesanato, marcenaria, alimentos etc;
- b) as cooperativas de trabalho caracterizadas quando profissionais como psicólogos e médicos, técnicos de informática associam-se para exercer a profissão;
- c) cooperativas de prestação de serviços, quando os cooperados vendem diversos serviços, como de limpeza, manutenção, reparação etc., muitas vezes executados nos locais e com meios fornecidos pelos compradores;
- d) cooperativas de crédito associação formada por no mínimo 20 pessoas, que possui legislação própria e oferece aos associados serviços equivalentes a uma instituição financeira,. sendo que um de seus maiores benefícios o oferecimento de taxas e os encargos financeiros aos associados, isso ocorre por ser uma entidade sem fins lucrativos e com uma baixa tributação (SANTIN, 2006).

No Brasil, desde os primórdios do período colonial, pôde-se ver uma “cultura da cooperação”. Durante o escravismo, tal cultura foi quase totalmente interrompida, porém houve, um ressurgimento no século XX. A partir daí, suas atividades foram sempre marcadas pelo conteúdo doutrinário rochdaleano e sua expansão marcada por modelos inspirados por imigrantes estrangeiros anarquistas, sindicalistas e alguns idealistas brasileiros com conhecimentos de cooperativas de sucesso na Alemanha e Itália (PINHO, 2004, p. 13).

Uma modalidade recente é o Clube de Trocas, formado por microprodutores de serviços, consistindo em uma associação ou cooperativa que cria uma moeda própria (notas de papel ou de registro em computador. Cada sócio recebe de entrada um valor inicial da moeda do clube, o que permite comprar serviços ou bens de outros sócios). Os sócios promovem reuniões regulares, exibem o que têm para vender e informam o que precisam comprar. Há clubes que publicam periódicos em que as ofertas e demandas são divulgadas como anúncios, criando um mercado que antes não existia. São hoje milhares de Clubes na Argentina que realizam transações no valor de bilhões de dólares anualmente. Esses Clubes são populares nos países de língua inglesa e começam a se multiplicar no Brasil. Na Argentina, eles formam uma grande rede, em que a moeda de um clube serve para fazer compras no outro, o que amplia ao potencial de criação dos mercados de todos eles (SANTIN, 2006).

2.3 O novo cooperativismo como reinvenção da economia solidária

Foi na Europa que a Economia Social começou, provavelmente no fim do século XVIII, com a primeira Revolução Industrial tomando forma mais nítida na Inglaterra, a partir do século XIX. Centenas de cooperativas foram implantadas por trabalhadores desempregados que tinham perdido seu trabalho em função da Revolução Industrial. Mas, a partir da segunda metade do século XIX, esse tipo de economia tomou a forma de cooperativas e difundiu-se no mundo inteiro. Hoje, a ACI tem como associados, por intermédio das cooperativas que são parte dela, pessoas no mundo inteiro, sendo que atualmente esse tipo de economia é mais conhecido como Economia Solidária.

Para Singer (2002), Economia Solidária é um tipo de economia adotada por empresas em que a separação entre a propriedade e o trabalho não existe. Os trabalhadores que integram a empresa são também seus proprietários. O capital da empresa é dividido em partes iguais, delegando a todos os direitos de decisão. O autor relata que,

[...] a Economia Solidária se compõe das empresas que praticam os princípios do cooperativismo, ou seja, a autogestão. Ela faz parte, portanto,

da economia cooperativa ou social, não se confundindo com as cooperativas que empregam assalariados.

O autor entende ainda que o que se pretende com o cooperativismo é criar outro tipo de economia e, sobre ele, um outro tipo de sociedade, na qual não há ricos e pobres e não há quem manda e quem obedece. A estrutura capitalista das empresas é extremamente autocrática. Todo poder está na propriedade, ou em quem representa a propriedade, e os outros trabalhadores obedecem a ordens. Essa hierarquia é tão rígida hoje quanto foi há cem anos. A proposta da Economia Solidária é exatamente eliminar essa divisão de classes e criar uma economia não capitalista em que todos participem e são associados por igual. Contudo, em meio às tentativas de implementação e expansão mundial de cooperativas, destaca-se também a degeneração da Economia Solidária, que existiu em função do surgimento de uma classe operária que se acostumou ao pleno emprego e acomodou-se ao assalariamento, conquistando direitos do tipo: carteira de trabalho, diminuição da jornada de trabalho, salários mais elevados e seguridade social. Os trabalhadores valorizaram o chamado 'movimento operário', caracterizado por sindicatos que agiam em defesa dos interesses dos assalariados para conservação do emprego. Após a Segunda Grande Guerra, a valorização desse movimento se acentuou, debilitando a crítica à alienação que o assalariamento impõe ao trabalhador (SINGER, 2002).

Porém, durante o século XX, na segunda metade dos anos 1970, o desemprego começou a surgir em massa, culminando na crise do trabalho, que teve seu cenário mais drástico nos anos 1980 e 1990. A Crise dos Estados do Socialismo da Europa Oriental, que estourou em 1985, culminou, em 1991, com a dissolução da União Soviética. Ficou claro para o mundo que o planejamento central da economia imposto por uma "ditadura do proletariado" não constrói uma sociedade. O que ficou entendido como socialismo e comunismo levou muitos setores sociais a buscar o capitalismo. Até mesmo a Iugoslávia, que desenvolvera um modo de produção de Economia Solidária, teve o mesmo destino. No entanto, muitos setores da sociedade buscavam, nesse período, um modelo de produção que superasse o capitalismo: um modelo que conduzisse à igualdade, à liberdade e à segurança.

Com os governos e partidos social-democratas na Europa e América Latina não se conseguiu mais do que atenuar os excessos do neoliberalismo e mal preservar as instituições básicas do Estado de bem-estar social. Não se tentou reverter a privatização dos serviços públicos nem a desregulamentação das finanças mundiais, submetendo as economias nacionais aos ditames do grande capital financeiro global.

Tal cenário permitiu o ressurgimento da Economia Solidária na maioria dos países com força cada vez maior. Reinventa-se a Economia Solidária, apontando-se para um novo cooperativismo, com a volta aos princípios rochdaleanos, em que o grande valor é atribuído à democracia e à igualdade nos empreendimentos, na insistência na autogestão e no repúdio ao assalariamento (SINGER, 2002).

Surgem então os movimentos emancipatórios, de resgate da dignidade humana, e a promoção de comunidades que, por sua iniciativa própria e empenho, melhoram suas condições de vida e renovam suas tradições. Nesse contexto, define Singer (2002):

O avanço da Economia Solidária não prescinde inteiramente do apoio do Estado e do fundo público, sobretudo para o resgate de comunidades miseráveis, destituídas do mínimo de recursos que permitam encetar algum processo de emancipação. Mas, para uma ampla faixa da população, construir uma Economia Solidária depende primordialmente dela mesma, de sua disposição de aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana (SINGER, 2002, p. 112).

Se a Economia Solidária for apenas uma resposta às contradições do capitalismo no campo econômico, seu crescimento poderá desacelerar-se no futuro. Ela terá que oferecer aos mercados produtos e serviços melhores em preço e qualidade. A Economia Solidária deve proporcionar a formação de uma sociedade que possa unir a forma industrial de produção com a organização comunitária da vida social, oferecendo oportunidades concretas de auto-sustentação, usufruindo o mesmo bem-estar que o emprego assalariado proporciona e, mediante o apoio de serviços financeiros e científico-tecnológicos solidários, estruturar outro modo de produção (SINGER, 2002, p. 114 e 121).

2.4 A gestão de projetos e a economia solidária Brasil

No Brasil, a trajetória da Economia Solidária pode ser vista assim como a criação dos princípios solidários. Pode-se considerar que a criação desses princípios ocorreu em um período que teve como marco inicial o Fórum Social Mundial (FSM), em 2001, e estendeu até o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), em 2003-2005.

A criação dos princípios da Economia Solidária brasileira pode ser identificada mais detalhadamente na trajetória descrita abaixo:

- a) Constituição do Grupo de Trabalho (GT) Brasileiro de Economia Solidária, criado em 2001, para articular e mediar a participação nacional e das redes internacionais da Economia Solidária no I FSM. Constituem esse Grupo organizações, redes de uma diversidade de práticas e segmentos da economia popular solidária: campo, cidade, práticas diminutas, Igreja, bases populares, sindicais, Universidades, movimentos sociais populares, práticas governamentais de apoio ao crédito, redes de informação, vínculos às bases nacionais, vínculos às redes internacionais. Entidades e Redes participam do GT Brasileiro: Rede Brasileira de Sócio Economia Solidária (RBSES), Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresa em Auto-Gestão (ANTEAG), Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (IBASE), Cáritas Brasileiras, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/Concrab), Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT), Fundação Interuniversitária de estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO), Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária e Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED).
- b) A Carta ao governo do presidente Lula e a I Plenária Nacional de Economia Solidária, propondo a criação de uma Política de Apoio à

Economia Solidária, a qual foi reforçada e ampliada na II Plenária Nacional, que iniciou o debate sobre uma Plataforma, uma Carta de Princípios e a Criação de um Fórum Nacional da Economia Solidária (FBES, 2005);

- c) A II Plenária Nacional no FSM (2002) e as decisões de mobilizações pelo País são anunciadas pelo governo Lula, assim como o compromisso de criar a Secretaria Nacional de Economia Solidária sob a direção de Paul Singer. A II Plenária Nacional, no FSM, decide mobilizar as bases estaduais, até então com poucos Fóruns e articulações estaduais, para o debate sobre a Identidade (Carta de Princípios) a Plataforma de Lutas, o Caráter e a Composição do Fórum a ser criado. Compareceram dezoito estados, sendo eles os realizadores das Plenárias preparatórias;
- d) A III Plenária Nacional cria o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES, 2003) para duas tarefas: a mediação e a mobilização, com a incumbência de articular e mobilizar as bases da Economia Solidária pelo País, em torno de uma Carta de Princípios e uma Plataforma de Lutas ali aprovadas com o intuito de promover a interlocução com o governo, em especial com a recém-criada Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES), definindo também a composição e o funcionamento do FBES.

A Carta de Economia Solidária criada em junho de 2003, na III Plenária Nacional de Economia Solidária, teve sua última revisão em 2005, no FSM-2005. As considerações existentes neste documento a respeito da origem e cenário atual da Economia Solidária corroboram com as idéias de Singer (2002, p.120).

O conteúdo dessa carta surge como um desafio à conquista de itens como: gerência de abastecimento pela Economia Solidária, comercialização, moeda social, as rodadas de negócios, campanha pelo consumo consciente contra os produtos transnacionais e articulações de redes nacionais e internacionais.

Segundo a Carta de Princípios Solidários (2003, p. 125), a Economia Solidária resulta da luta histórica dos trabalhadores contra a exploração do trabalho humano.

Consiste em uma alternativa ao modo capitalista de se organizar as relações de trabalho e sociais do seres humanos entre si e com a natureza. O capitalismo elevou a relação de trabalho assalariado a tal ponto de exploração que, em resposta, os trabalhadores se organizaram em sindicatos e empreendimentos cooperativos. Dentre os objetivos dessa organização encontravam-se a defesa dos direitos dos assalariados e como empreendimentos de autogestão.

A Carta de Princípios define a Economia Solidária como um sistema organizacional que tem como princípios gerais:

- a) A valorização social do trabalho humano;
- b) A satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica;
- c) O reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade;
- d) A busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, os valores da cooperação e da solidariedade;
- e) A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida;
- f) O valor central da Economia Solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas;
- g) A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular;
- h) A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios;

- i) A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial;
- j) Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema;
- k) A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.

Na Carta de Princípios da Economia Solidária, verifica-se o conteúdo dos Princípios Específicos por meio de três aspectos:

- 1^a) Por um Sistema de Finanças Solidárias, o valor central é o direito das comunidades e nações à soberania de suas próprias finanças:
 - a) Em nível local, micro, territorial – os bancos cooperativos, os bancos éticos, as cooperativas de crédito, as instituições de microcrédito solidário e os empreendimentos mútuos, todos com o objetivo de financiar seus membros, e não de concentrar lucros, por meio dos altos juros, são componentes importantes do sistema socioeconômico solidário, favorecendo o acesso popular ao crédito baseados nas suas próprias poupanças.
 - b) Em nível nacional, macro, estrutural – a descentralização responsável das moedas circulantes nacionais e o estímulo ao comércio justo e solidário utilizando moedas comunitárias; o conseqüente empoderamento financeiro das comunidades; o controle e a regulação dos fluxos financeiros para que cumpram seu papel de meio, e não de finalidade da atividade econômica; a imposição de limites às taxas de juros e aos lucros extraordinários de base monopólica, o controle público da taxa de câmbio e a emissão responsável de moeda nacional para

evitar toda atividade especulativa e defender a soberania do povo sobre seu próprio mercado (FBES, 2005).

2ª) Pelo desenvolvimento de Cadeias Produtivas Solidárias – A Economia Solidária permite articular solidariamente os diversos elos de cada cadeia produtiva, em redes de agentes que se apóiam e se complementam (FBES, 2005):

- a) Articulando o consumo solidário com a produção, a comercialização e as finanças, de modo orgânico e dinâmico, e do nível local até o global, a Economia Solidária amplia as oportunidades de trabalho e intercâmbio para cada agente, sem afastar a atividade econômica do seu fim primeiro, que é responder às necessidades produtivas e reprodutivas da sociedade e dos próprios agentes econômicos.
- b) Consciente de fazer parte de um sistema orgânico e abrangente, cada agente econômico busca contribuir para o progresso próprio e do conjunto, valorizando as vantagens cooperativas e a eficiência sistêmica que resultam em melhor qualidade de vida e trabalho para cada um e para todos.
- c) As partilhas da decisão com representantes da comunidade sobre a eficiência social e os usos dos excedentes permitem que se façam investimentos nas condições gerais de vida de todos e na criação de outras empresas solidárias, outorgando um caráter dinâmico à reprodução social.
- d) A Economia Solidária propõe a atividade econômica e social enraizada no seu contexto mais imediato e tem a territorialidade e o desenvolvimento local como marcos de referência, mantendo vínculos de fortalecimento com redes da cadeia produtivas (produção, comercialização e consumo) espalhadas por diversos países, com base em princípios éticos, solidários e sustentáveis.
- e) A Economia Solidária promove o desenvolvimento de redes de comércio a preços justos, procurando viabilizar que os benefícios do desenvolvimento produtivo sejam repartidos mais equitativamente entre grupos e países.
- f) A Economia Solidária, nas suas diversas formas, é um projeto de desenvolvimento destinado a promover as pessoas e coletividades sociais a sujeito dos meios, recursos e ferramentas de produzir e distribuir as riquezas, visando à suficiência em resposta às necessidades de todos e o desenvolvimento genuinamente sustentável (FBES, 2005).

3ª) Pela construção de uma Política da Economia Solidária num Estado Democrático. Voltado para se consolidar como um projeto de desenvolvimento integral, a Economia Solidária tem como meta a sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural e ambiental, e a democracia participativa, estimulando a formação de alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania, exercendo sua soberania por meio da democracia e da gestão participativa. E para tanto (FBES, 2005),

- a) Exige o respeito à autonomia dos empreendimentos e organizações dos trabalhadores, sem a tutela de Estados centralizadores e longe das práticas cooperativas burocratizadas, que suprimem a participação direta dos cidadãos trabalhadores.
- b) Exige a responsabilidade dos Estados nacionais pela defesa dos direitos universais dos trabalhadores, que as políticas neoliberais pretendem eliminar.
- c) Preconiza um Estado democraticamente forte, empoderado a partir da própria sociedade e colocado ao serviço dela, transparente e fidedigno, capaz de orquestrar a diversidade que a constitui e de zelar pela justiça social e pela realização dos direitos e das responsabilidades cidadãos de cada um e de todos.
- d) O valor central é a soberania nacional num contexto de interação respeitosa com a soberania de outras nações. O Estado democraticamente forte é capaz de promover, mediante o diálogo com a Sociedade, políticas públicas que fortaleçam a democracia participativa e a democratização dos fundos públicos e dos benefícios do desenvolvimento.
- e) A Economia Solidária pode constituir-se em um setor econômico da sociedade, distinto da economia capitalista e da economia estatal, fortalecendo o Estado democrático com a irrupção de novo ator social autônomo e capaz de avançar novas regras de direitos e de regulação da sociedade em seu benefício.

Para alcançar as metas anteriormente citadas, o respeito à autonomia dos empreendimentos e organizações dos trabalhadores e a responsabilidade dos

Estados nacionais pela defesa dos direitos universais dos trabalhadores são exigidos.

O valor central do aspecto de construção de uma Política da Economia Solidária num Estado Democrático é a soberania nacional num contexto de interação respeitosa com a soberania de outras nações.

O Estado democraticamente forte é capaz de promover, mediante o diálogo com a Sociedade, políticas públicas que fortalecem a democracia participativa e a democratização dos fundos públicos e dos benefícios do desenvolvimento.

Segundo a Carta de Princípios da Economia Solidária (2003), a mesma não está orientada para a mitigação dos problemas sociais gerados pela globalização neoliberal. Além disso, a Economia Solidária não pode compactuar com as práticas competitivas e a lucratividade individual. A mercantilização de pessoas e da natureza é repudiada, bem como a deterioração de recursos naturais e do meio ambiente terrestre. A Economia Solidária não crê na estabilização do mercado visando ao bem estar de todos e que as necessidades humanas só se satisfazem sob a forma de produtos, lucro privado e acumulação de capital, característicos da lógica do mercado capitalista (FBES, 2005).

A Economia Solidária pode, então, constituir-se em setor econômico da sociedade, distinto da economia capitalista e da economia estatal, fortalecendo o Estado democrático com a irrupção de novo ator social autônomo e capaz de avançar novas regras de direitos e de regulação da sociedade em seu benefício (FBES, 2005).

A implementação da economia tem gerado inúmeras discussões respeito da implementação da Economia Solidária podem ser vistos nos documentos da III Plenária Nacional da Economia Solidária. Elencadas a seguir.

Finanças Solidárias – Construção de um sistema nacional de Finanças Solidárias, relacionando-o com uma política voltada ao desenvolvimento territorial local; Desenvolvimento de programas que fortaleçam e ampliem a rede nacional de trocas solidárias com critérios definidos de paridades e lastros baseado nas moedas

sociais; Manutenção de critérios de financiamentos, valores, juros, carências, prazos, garantia e sistema de cobrança e devolução, adequando as condições socioeconômicas e culturais dos empreendimentos de caráter popular e solidário.

Educação – Programas do Ministério da Educação (MEC) para novas gerações, incorporando o tema Economia Solidária nos programas da pré-escola, ensino fundamental, médio, superior e pós-graduação, introduzindo valores e pedagogias que favoreçam a solidariedade e a construção de um novo modelo de sociedade; Financiamentos com linhas especiais de crédito, estudos e pesquisas científicas sobre a Economia Solidária, além de trabalhos voltados ao desenvolvimento de metodologias de gestão e outras tecnologias apropriadas a sua realidade; Garantia da existência de centros de referência públicos, com oferta de cursos e treinamento para aprendizagem específica do associativismo/cooperativismo na perspectiva da Economia Solidária.

Comunicação – Necessidade de divulgação e sensibilização da sociedade para os valores da Economia Solidária, utilizando linguagem apropriada através de recursos como: o ensino à distância, vídeos, cartilhas informativas, livros didáticos, criação de sites na internet, a criação de um Disque Economia Solidária, etc. Os marcos de aspecto legal relativos a redes de produção, comercialização e consumo discutidos na III Plenária Nacional de Economia Solidária. São intensamente debatidos no cenário nacional. .(III PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA 2005).

Os aspectos de marco legal redes de produção, comercialização e consumo.são pontos de relevância no contexto da economia solidária. Ou seja, Redes de Produção, Comercialização e Consumo – Criar selos, marcas e certificação de produtos produzidos através de trabalhos solidários objetivando a identificação, divulgação, e inserção dos mesmos, nos mercados nacional e internacional;Criação de mecanismos licitatórios que possibilitem compras governamentais dos produtos e serviços solidários e regionalizados, Formação de redes regionais de comercialização e consumo que congreguem os vários tipos de cooperativas; Utilização de espaços públicos ociosos ou construção de espaços como locais de trocas, comercialização de produtos e armazenamento de materiais reciclados;

Adequação de política de preços mínimos e de compras privilegiadas da produção familiar agro-ecológica e solidária.

Marco Legal – Articulação eficaz entre governo, sociedade civil e políticas de interesse do movimento da Economia Solidária com reconhecimento legal e difusão das formas de tributação específica para os empreendimentos Economia Solidária; Estabelecimento de critérios diferenciados para empreendimentos solidários, pensando-os como um sistema próprio, reconhecendo legalmente suas diferenças frente o setor estatal e o setor privado mercantil; Reformas na lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971, considerando aspectos como o número de participantes, não-obrigatoriedade da unicidade da representação, acesso ao crédito, diferenciação tributária, mudança no caráter do benefício do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); Reconhecimento do Estado quanto a outras formas de organização para o trabalho, com princípios populares e solidários, além do aperfeiçoamento da fiscalização dos empreendimentos autogestionários; Seguridade do cumprimento efetivo das Convenções No. 100 e No. 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a ratificação da Convenção No. 156 (trabalhadores com responsabilidades familiares). Esses aspectos acima descritos estão ligados a democratização do conhecimento e tecnologia e organização social pontos fundamentais nas discussões realizada na III Plenária Nacional de Economia Solidária (III PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA 2005).

A democratização do Conhecimento e Tecnologia, são debatidos durante a Plenária visando o desenvolvimento e qualificação contínua de produtos, respeitando a cultura e os saberes locais, agregando-lhes maior valor e melhoria das condições de trabalho, de saúde e de sustentabilidade ambiental; bem como a orientação das ações de pesquisa e os programas de extensão das Universidades para a produção de tecnologias alternativas adequadas à Economia Solidária; Criação de centros solidários de desenvolvimento tecnológico, promovendo processos produtivos que sejam adequados, considerando as diversidades regionais do país, sua necessária sustentabilidade social e ecológica; Criação de programas/projetos sociais que possibilitem mobilizar o potencial criativo de inventores(as) e pesquisadores(as).

Organização Social de Economia Solidária – Criação uma Secretaria Nacional de Economia Solidária, responsável por – em diálogo com o FBES – elaborar políticas de forma interdisciplinar, transversal, intersetorial, adequadas à expansão e fortalecimento da Economia Solidária no país e executadas estrategicamente em função do marco legal, finanças solidárias, redes de produção, comercialização e consumo, democratização do conhecimento e tecnologia, educação e comunicação; Representação da Economia Solidária no Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e nos conselhos estaduais e municipais que vierem a serem organizados; Sistematização dos mecanismos institucionais já implementados que possuem interface com a Economia Solidária, visando divulgá-los e aprimorá-los; Fortalecimento das bases através de redes por segmentos e por territórios; Organização de Fóruns por unidades federativas, criando condições socioeconômicas e jurídicas.(III PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA 2005).

De acordo com Santin (2005) os esforços realizados para a consolidação da Economia Solidária resultaram no aprimoramento e na inovação de regras em que vale citar a participação do setor acadêmico quanto ao surgimento das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), vinculadas a diversas universidades brasileiras. As ITCPs colocaram o saber universitário à disposição de grupos populares economicamente excluídos ou vinculados à economia informal, dedicando-se à organização desse segmento em empreendimentos cooperativos para a geração de renda, prestando apoio administrativo, jurídico-legal e capacitação.

Assim, cabe ressaltar a importância dos projetos de extensão universitária voltados para organizações solidárias, na medida em que estes auxiliam a população em suas necessidades básicas e específicas por meio de conhecimentos produzidos no contexto da universidade. A integração da Universidade com as comunidades permite a aplicação dos conhecimentos acadêmicos, adaptando-os a cada contexto e criando possibilidades de atuação profissional (SANTIN, 2006).

A partir de toda a trajetória descrita, ocorrida desde o I Fórum Social, Mundial em 2001, até o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, em 2003-2005, pode-se ver o que foi criado por meio dos elementos representativos presentes na FIG. 1

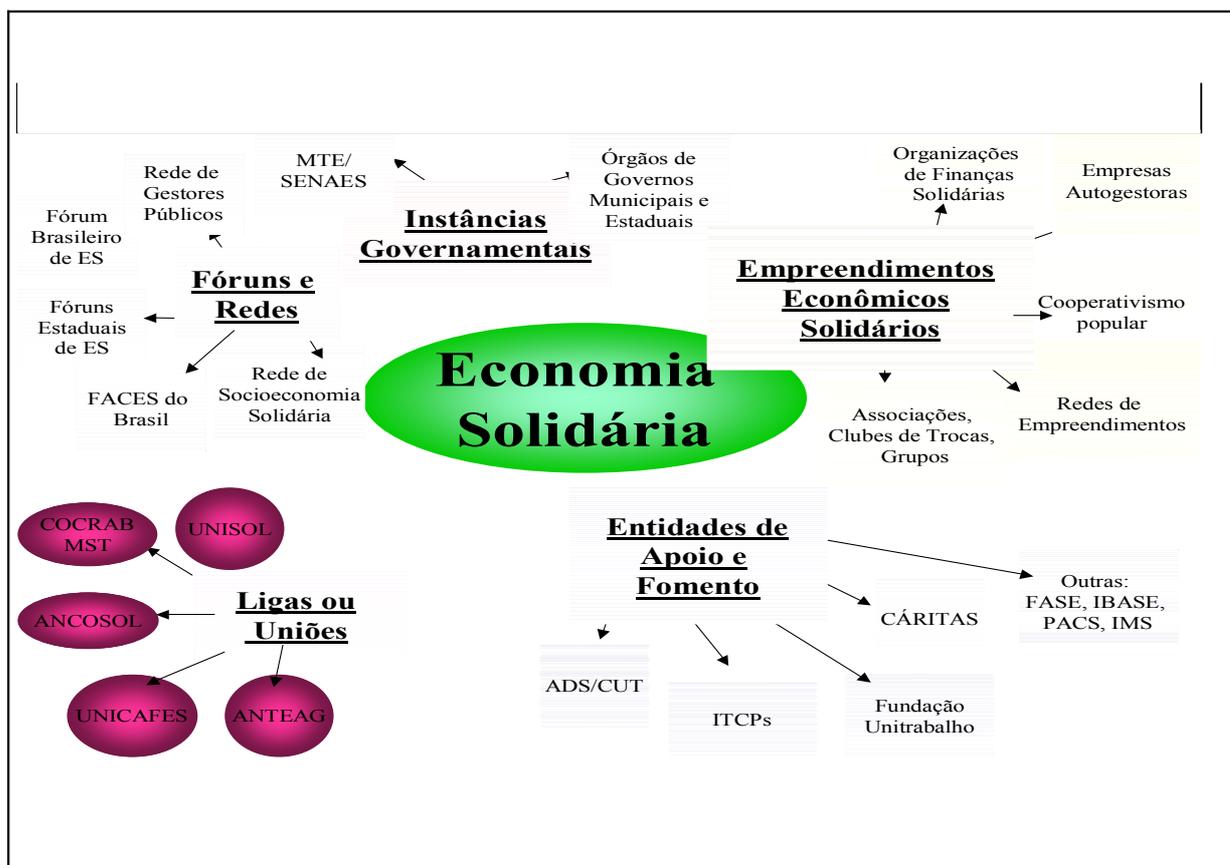


Figura 1 – Mapa da Economia Solidária no Brasil

Fonte: FBES, 2005

Com os avanços obtidos pelo movimento da Economia Solidária no Brasil, são aprofundados debates em Fóruns e Plenárias, nos quais se discute sobre a atuação e os rumos do movimento no País e sua adequação à nova realidade. Em 2006, foram realizadas reuniões nos Fóruns Estaduais a partir de Encontros Regionais nas cinco macrorregiões, chamados de Encontros Regionais de Reestruturação”. Esta fase, que se intitulou “FBES”, buscou aprimorar o modelo de organização da Economia Solidária. Foram dedicados momentos de estudos e aprofundamento para preparar os representantes estaduais do seu papel de mobilização e orientações nos debates estados, que culminarão na Plenária de 2008 (FBES, 2007).

Todos os responsáveis pelas decisões e por tudo o que acontece no grupo do qual participam juntam-se num empreendimento econômico real: uma cooperativa, uma associação ou um grupo, para produzir um bem ou prestar algum serviço, num jeito diferente de produzir, vender, comprar ou trocar, baseado na valorização do trabalho humano e no respeito à natureza, tendo em vista o desenvolvimento sustentável global, numa gestão coletiva (FMEPS, 2007).

Desse modo, os problemas inerentes à Economia Solidária implicam uma constante discussão por parte do governo e dos atores atuantes nas políticas institucionais, regional, nacional e mundial, devendo haver ainda a participação dos cidadãos para que a expansão das iniciativas se torne cada vez mais freqüente, com a realização de fóruns e discussão sobre esse tema de fundamental importância para a sociedade.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da pesquisa

Este capítulo tem por objetivo descrever os procedimentos metodológicos utilizados no processo de investigação empírica neste estudo.

Pesquisa é um procedimento formal, com método e pensamento reflexivo, para tratamento científico que se constitui para conhecer melhor a realidade.

Segundo Lakatos e Marconi (2001 p. 155):

Pesquisa é um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo de conhecimento.

Pesquisa é uma atividade cotidiana considerada como uma atitude, um questionamento sistemático crítico e criativo, mais a intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático. (DEMO 1996).

3.2 Tipo de estudo

Quanto à natureza trata-se de um estudo qualitativo, tendo como método a pesquisa de campo e documental.

Segundo Richardson (1999), a pesquisa qualitativa se caracteriza pela tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentados pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos.

Godoy (1995) esclarece que a pesquisa qualitativa e seu campo de atuação não procuram enumerar ou medir os eventos estudados, pois parte de questões ou focos

de interesses amplos que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve e oportuniza explorar o assunto por meio de estudo de caso.

Assim, a pesquisa de campo é caracterizada por um aprofundamento das questões propostas em que um único grupo ou comunidade é estudado em termos de sua estrutura social. A pesquisa documental, por sua vez, assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. Porém, destaca-se pela valia de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos de uma pesquisa. Ou seja, o desenvolvimento de uma pesquisa documental segue os mesmos passos de uma revisão bibliográfica, considerando apenas que o primeiro passo consiste na exploração de fontes documentais, como documentos oficiais, contratos e fotografias (GIL 1999).

Este estudo caracterizou-se como uma pesquisa de natureza descritiva de cunho qualitativo, por se tratar de uma investigação de 17 Centros pertencentes a um programa a pesquisa pode ser denominada estudo de caso. A coleta de dados se deu por meio pesquisa documental, entrevistas e aplicação de questionário. Foram entrevistados tanto o deputado federal responsável pela implantação dos Centros quanto os gestores em cada município.

3.3 Unidade de análise e observação

Buscou se realizar um estudo do Programa de Artesanato Brasileiro, nos 17 municípios mineiros contemplados com a construção de Centros de Artesanato. Cada município teve suas características próprias de desenvolvimento e implementação dos Centros, com estruturas organizacionais diversas, variando desde Federação de Associações, passando por Associações, Trabalho Informal, Inatividade e, até mesmo, uma Empresa Privada.

Dentre os outros que estavam presentes nas localidades pesquisadas encontram-se a diretora da Federação de Associações, presidentes das Associações de artesãos.

As unidades de observação são caracterizadas pelos responsáveis da gestão de cada Centro que responderam os questionários a eles enviados, por meio dos

seguintes instrumentos: Apêndice (A) – Roteiro de entrevista semi-estruturado aplicado a um deputado federal; Apêndice (B) – Tecnologia Industrial Básica (TIB) e Tecnologia de Gestão; Apêndice (C) – Questionário aplicado nos 17 centros de artesanato Mineiro extraído dos indicadores do PAB e os princípios cooperativistas e da Economia Solidária.

3.4 Coleta de dados

A coleta de dados se deu em 2 etapas na primeira buscou-se identificar os pressupostos fundamentos do PAB e a implementação dos 17 centros sob a ótica do Deputado federal e em pesquisa documental, nos arquivos do Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, em Brasília, cujo objetivo foi verificar os documentos sobre o PAB e os projetos de construção de Centros de Artesanato em cada um dos 17 municípios mineiros contemplados (ANEXO 1e 2). De acordo com os documentos levantados quanto à política para o artesanato brasileiro do PAB, essa pesquisa culminou na busca de dados no INPI (ANEXO 2 e 3) e INMETRO em Belo Horizonte.

O instrumento utilizado na coleta de dados foi um roteiro de entrevista semi estruturado aplicado ao deputado federal responsável pela implementação do Centros no Estado. (APÊNDICE A). O roteiro de entrevista continha indagações quando aos indicadores do PAB. Os princípios cooperativistas e da Economia Solidária constituíram a base teórica para a elaboração desse questionário.

A segunda etapa solicitou-se aos gestores que respondessem um questionário tendo posterior entrevista para complementação dos dados. Aplicou-se um questionário (APÊNDICE C) enviado por e-mail para os responsáveis de cada Centro de Artesanato e respondido por e-mail aos responsáveis pelos Centros de Havendo ainda a ação de telefonemas para os Centros antes do envio e após o recebimento desse questionário, para sanar dúvidas quanto às respostas.

Em pesquisa social, encontra-se grande dificuldades em realizar a coleta de dados por meio da observação Dessa forma utilizou-se entrevistas e questionários (SELLTIZ *et al.*, 2004, p. 15).

Segundo Gil (1994, p. 117), entrevista é,

[...] uma técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação

De acordo com Selltiz *et al.* (2004), uma das principais vantagens da entrevista, seja por telefone ou pessoal, é o alto índice de resposta, que chega a ser próximo de 70% a 80% na população em geral. As pessoas normalmente apreciam falar com pessoas que são amigáveis e que, de fato, se interessam-se pelo que elas pensam, idealizaram ou concretizaram. Cabe ressaltar que a capacidade para corrigir enganos dos informantes também é uma das vantagens da entrevista, havendo a possibilidade de se ajudar no esclarecimento da questão antes que as respostas sejam dadas e registradas.

De acordo com Gil (1994, p. 118), há outras vantagens relativas às entrevistas que são,

Possibilidade de obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social; Obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano; Captação da expressão corporal do entrevistado (no caso da entrevista face a face), bem como a tonalidade de voz e ênfase nas respostas.

Em um questionário, a informação que se obtém é limitada às respostas escritas dos sujeitos às questões pré-elaboradas. No entanto, esse tipo de instrumento concede forte crédito à validade dos relatos verbais. A sua vantagem principal é que são, freqüentemente, menos dispendiosos para se aplicar, podendo ser enviados por fax ou pelo correio, ou ainda, fornecido a um grande número de informantes simultaneamente. É possível, então, que se obtenha uma cobertura mais ampla (SELLTIZ *et al.*, 2004, p. 15).

Dentre outras vantagens da utilização do questionário, encontram-se (GIL, 1994, p. 128):

- a) a garantia do anonimato das pessoas;
- b) a flexibilidade no tempo de resposta, permitindo que as pessoas respondam no momento em que julgarem mais conveniente; e

- c) a não exposição do pesquisador à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado.

Gil revela ainda que (1994), enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista é adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer ou fizeram. Desse modo, para colher informações sobre a criação do PAB e implementação do Projeto de Construção de Centros de Artesanato mineiro, realizou-se uma entrevista telefônica (APÊNDICE A) com o parlamentar responsável pelo projeto no estado de Minas Gerais.

De acordo com Gil (1994 p. 128), questionário é

[...] uma técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.

A comparação desses indicadores com os princípios cooperativistas, mostrada no QUADRO 2, resultou em um questionário no qual foram abordados os aspectos jurídico-funcionais, político-tecnológicos, gestão administrativa, meio ambiente, cultura, sociedade e economia.

A comparação desses indicadores com os princípios cooperativistas, mostrada no QUADRO 2, resultou em um questionário no qual foram abordados os aspectos jurídico-funcionais, político-tecnológicos, gestão administrativa, meio ambiente, cultura, sociedade e economia.

Quadro 2 – Comparação dos indicadores do PAB com os princípios cooperativistas.

PAB	Cooperativistas - Economia Solidária	Questionário
<p>Objetivos: Estimular a produção artesanal; valorizando a produção; características, focando a geração de renda e a inclusão, visando gerar emprego; Estimular à exportação; Desenvolver as vocações regionais; Fortalecer os empreendimentos através de trabalhos cooperativos; Integrar o produto em nível nacional e internacional.</p> <p>Metas: Coordenar e desenvolver atividades que visem valorizar o artesão brasileiro, elevando seu nível cultural, profissional, social e econômico; Desenvolver e promover a empresa artesanal.</p> <p>Política para o Artesanato: Desenvolver cooperativas e Associações de trabalho; Criação e divulgação da marca e padrões de qualidade; Fixar a identidade do artesanato; Ampliar a comercialização; Exportar.</p>	<p>Princípios Cooperativistas: Adesão voluntária; Gestão democrática por parte dos sócios; Participação econômica dos sócios; Autonomia e independência; Educação, formação e informação; Cooperação entre cooperativas; Interesse pela comunidade;</p> <p>Princípios da Economia Solidária: Valorização social do trabalho humano; A satisfação das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e atividade econômica; O reconhecimento do lugar da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade; A busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, os valores da cooperação e solidariedade; Por um Sistema de Finanças Solidárias; Pelo Desenvolvimento de Cadeias Produtivas Solidárias; Pela Construção de uma política da Economia Solidária num Estado democrático.</p>	<p>Aspectos jurídico-funcionais: Constituição jurídica Funções Proprietário</p> <p>Aspecto político-tecnológicos: Propriedade intelectual Registro Normalização</p> <p>Aspectos de gestão administrativa: Autogestão Heterogestão</p> <p>Aspectos ecológico-culturais: Matéria-prima Produção</p> <p>Aspectos sócio-econômicos: Trabalhos com a comunidade; Intercâmbio e cooperação com outras entidades;</p> <p><u>Vendas:</u> varejo ou atacado,</p> <p><u>Mercado:</u> nacional e internacional; Ganho mensal dos membros e entidade.</p>

Fonte: Dados da pesquisa.

A questão relativa à especificidade de funções foi desenvolvida a partir do fundamento que visa coordenar e desenvolver atividades para valorizar o artesão brasileiro, elevando seu nível cultural, profissional, social e econômico, e do princípio cooperativista de educar, formar e informar. As especificidades de propriedade que constam no questionário foram abordadas em função da gestão democrática por parte dos sócios, da participação econômica dos sócios e da autonomia e independência, todos eles princípios cooperativistas objetivo dessa abordagem investigar se a gestão é voltada para os princípios da Economia Solidária e do Cooperativismo.

As questões sobre os aspectos político-tecnológicos foram desenvolvidas tendo por base os objetivos, as políticas e as metas do PAB, como o estímulo à exportação, à integração do produto nos níveis nacional e internacional, à coordenação e desenvolvimento de atividades que visem valorizar o artesanato brasileiro ao desenvolvimento e promoção da empresa artesanal. Além disso, metas como fixação da identidade do artesanato, ampliação da comercialização e princípios da Economia Social, voltadas para a satisfação das necessidades de todos, também foram considerados no momento da elaboração das questões relativas aos aspectos acima citados.

A gestão administrativa foi abordada considerando questões da autogestão, característica da Economia Social e da heterogestão, própria da Economia Privada. Para tanto, princípios cooperativistas, como adesão voluntária, gestão democrática por parte dos sócios, participação econômica dos sócios, educação, formação e informação, foram considerados. Além disso, princípios da Economia Solidária, como valorização social do trabalho humano e satisfação das necessidades de todos, participaram efetivamente para a construção das questões relativas ao aspecto gestão administrativa.

A parte do questionário relativa aos aspectos ecológico-culturais advém dos fundamentos que visam incentivar e valorizar a produção artesanal e de metas de coordenação e desenvolvimento de atividades para a valorização do artesanato brasileiro, elevando seu nível cultural, profissional, social e econômico além do princípio da Economia Solidária de buscar uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza e valorização da cooperação e solidariedade.

As questões relativas aos aspectos sócioeconômicos tiveram sua elaboração influenciada pelo fortalecimento dos empreendimentos por meio de trabalhos cooperativos, pela cooperação entre cooperativas, pelo interesse na comunidade e pelo desenvolvimento de cadeias produtivas solidárias, que prima pela construção de uma política de Economia Solidária num Estado democrático. As especificidades de vendas foram consideradas no questionário em função do estímulo à produção artesanal e características, que, focando a geração de renda e a inclusão, visam gerar emprego.

Também foram considerados os estímulos à exportação, a integração nos níveis nacional e internacional e a ampliação da comercialização. Por último, as questões que abordam a especificidade de ganho dos artesãos foram fundamentadas em participação econômica dos sócios, autonomia, independência e, acima de tudo, em um sistema de finanças solidárias.

3.5 Procedimentos para análise dos resultados

Quanto à análise das informações obtidas, é interessante ressaltar que nas pesquisas de caráter qualitativo a análise de conteúdo pode ser uma interessante referência no tratamento de dados (ROESCH, 1999).

De acordo com Dellagnelo e Silva (2005) existem diferentes formas para definir a análise de conteúdo, sendo que para isso podem-se considerar perspectivas qualitativas e quantitativas; Ou seja, a análise de conteúdo visa ao conhecimento de variáveis de cunho histórico, sociológico e psicológico aplicados a um processo de dedução baseada em indicadores obtidos a partir de uma amostra.

Conforme Vergara (2005), análise de conteúdo é uma técnica utilizada no tratamento de dados cujo objetivo é identificar e analisar informações sobre determinado assunto ou tema.

Quanto ao campo de aplicação da análise de conteúdo, este compreende um conjunto de instrumentos metodológicos em que, mesmo havendo predomínio na observância de documentação, para estudos organizacionais é comum a utilização de entrevistas. Sendo assim, a análise de conteúdo pode ser utilizada para a compreensão de depoimentos a respeito do processo de construção de políticas institucionais, para a explicitação dos jogos de poder que se estabelecem ao longo de um processo de mudança ou para a explicitação da ideologia subjacente ao processo de comunicação organizacional (DELLAGNELO e SILVA 2005).

De acordo com Bardin (1977), a utilização de análise de conteúdo implica a observação cronológica distribuída em três fases:

- a) a pré-análise – pode ser identificada como uma fase de organização, de estabelecimento de um esquema de trabalho que visa sistematizar e tornar operacionais as idéias iniciais;
- b) a exploração ou análise do material – é um momento fundamental na pesquisa, uma vez que as possibilidades de inferências e interpretações são bastante dependentes daquilo que for feito nesta etapa, na qual o pesquisador deixa claros os procedimentos utilizados para sustentar suas conclusões e considerações;
- c) o tratamento dos resultados, da inferência e a interpretação – esta fase compreende a o momento em que o pesquisador reúne as informações para responder ao problema principal, à pergunta, buscando explicar os achados, respondendo a questões, anexando significância a resultados encontrados.

A análise tem por objetivo organizar e sumarizar os dados de maneira que seja possível o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Durante a análise, o pesquisador prende-se unicamente aos dados. Já na interpretação ele busca os sentidos mais amplos das respostas, que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (GIL, 1994, p. 168).

Segundo Vergara (2005), a análise de conteúdo compreende a análise de informações obtidas durante o estudo. Esta é considerada uma técnica para o tratamento de dados que visam identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema.

GIL (1994) reforça que não existem normas que indiquem os procedimentos a serem adotados no processo de interpretação dos dados, e sim recomendações sobre os cuidados que devem ser tomados pelo pesquisador para que sua interpretação não comprometa a pesquisa. Passos como o estabelecimento de categorias, a codificação, a tabulação, análise estatística e a avaliação da generalização obtida com os dados constituem parte dessas recomendações. Em boa parte das pesquisas sociais, os passos acima são observados.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Apresentação dos dados resultados

4.1.1 Criação, implementação do PAB no MDIC e a intermediação do Legislativo

Entrevista com o deputado responsável pela implementação dos Centros

Quanto à criação e proposta de implementação do PAB, o entrevistado, relatou que nos municípios mineiros contemplados com o PAB bem e com a criação e implementação dos Centros de Artesanatos tem sua origem a partir de um Programa de iniciativa do ministro Francisco Dornelles (MDIC) no Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995/1999).

O entrevistado informou ainda que uma vez definida pelo MDIC, a iniciativa foi proposta ao Ministério do Planejamento, responsável pelo Programa de Governo, no qual nasce o Orçamento da União, contendo os projetos elencados como desejáveis de implementação pelo Governo.

Quanto aos aspectos relativos à proposta do PAB, toda proposta orçamentária é encaminhada ao Congresso Nacional no dia 31 de agosto de cada ano e cabe cabendo ao Poder Legislativo a prerrogativa constitucional de elaborar o orçamento de forma definitiva, assim como de crescer ou reduzir todo projeto ou atividade constante da Proposta Orçamentária da União; ou seja, manter ou não as propostas e projetos pretendidos pelo governo.

Uma vez distribuída essa Proposta Orçamentária do Governo, a Comissão Mista de Orçamento, composta por deputados e senadores, passa a analisar item por item desta proposta, podendo fazer alterações por meio das chamadas “emendas”, que, por sua vez, podem ser:

- a) Emendas Individuais – cada Deputado e Senador têm direito a 20 emendas no Programa da União;
- b) Emendas de Bancada – todos os Deputados de um determinado Estado se unem para defender projetos do interesse de sua região (cada bancada tem direito a 20 emendas);
- c) Emendas de Comissões – cada comissão temática da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal tem a prerrogativa de apresentar 5 emendas dentro dos temas daquela comissão, que podem ser: Comissão de Saúde, de Seguridade Social, de Transporte, de Meio-Ambiente, de Agricultura e Reforma Agrária, de Finanças e Tributação, de Desenvolvimento Urbano, de Ciência e Tecnologia, de Esporte e Turismo, de Educação e Cultura, de Justiça, de Segurança Nacional, de Relações Exteriores e de Desenvolvimento Econômico.
- d) Esse elenco de emendas se abre de acordo com a complexidade das ações de interesse do Poder Público. Uma vez reunidas todas as emendas que chegam dos 513 deputados federais e 81 senadores, elas são distribuídas para os membros da Comissão Mista de Orçamento, composta por deputados e senadores indicados pelos partidos políticos de acordo com a representatividade deles. Estes deputados e senadores têm o prazo de quatro meses para analisar e compatibilizar as receitas e despesas da União, dando forma final ao chamado “Orçamento da União” que é aprovado pela Comissão Mista. Este orçamento deve ser também aprovado pelo Congresso Nacional, e segue para sanção do presidente da República, que ainda tem direito a veto sobre qualquer item desse documento (letra morta pelo que foi redigido pelo Congresso Nacional seja em valores, qualidade ou especificação de metas). Desta maneira, do conjunto de emendas aprovadas, é constituído o Orçamento da União.

Do ponto de vista dos recursos financeiros propostos pelo PAB, segundo o entrevistado, quando o Governo apresentou a Proposta Orçamentária da União em 1997/1998, foi sugerido para o PAB o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para atender a todo o Brasil. O Poder Legislativo propôs, por sua vez, várias emendas de valorização do PAB durante a sessão da Comissão de Desenvolvimento Econômico, integrante das comissões temáticas da Câmara dos Deputados. Em função destas emendas, o PAB recebeu aportes suplementares, chegando ao total de R\$ 11. 442. 654,00 (onze milhões quatrocentos e quarenta e dois mil seiscientos e cinquenta e quatro reais).

Para as origens dos recursos financeiros, o entrevistado informa que para cada Estado coube uma parcela dessa verba quanto à construção e implementação de Centros de Artesanato condizentes com a tipologia de cada região. Além dessas construções, o PAB, em 1995/97, julgou cabíveis quatro etapas distintas:

- a) Realização de um diagnóstico geral do artesanato no País, feito pela equipe do MDIC e por consultores externos contratados.
- b) Aquisição de um ônibus para a Secretaria de Assistência Social de cada Estado do País, objetivando o traslado de artesãos a feiras de artesanato, exposições, para a comercialização de seus produtos em cidades pólo e capitais.
- c) A Construção de Centros de Artesanato, em que coube aos municípios contemplados de cada Estado fazer seu projeto. Além das construções, os municípios receberam equipamentos para a montagem de oficinas artesanais, de acordo com a solicitação de cada um; matéria-prima e capital de giro para a produção das primeiras peças artesanais, assim como para pagamento das primeiras contas mensais à manutenção do Centro de Artesanato. A planta arquitetônica foi a mesma para todos os municípios, contendo algumas alterações específicas de acordo com a vontade de cada gestão pública municipal.
- d) Confecção de um Livro de Arte, construído a partir do resultado do Diagnóstico do Artesanato Brasileiro (1ª Etapa), assim como fotos de peças artesanais produzidas nos Estados com verbas não só do PAB, mas com verbas da Superintendência do Desenvolvimento de Nordeste (SUDENE), do fundo perdido do Banco Mundial, do fundo perdido de uma Fundação do Banco do Brasil, disponibilizadas anteriormente ao PAB (em acervo no PAB).

O entrevistado relata ainda que esses organismos acima citados doaram verbas desses fundos perdidos há 20 anos para alguns estados como Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Bahia. A este último foi doado uma grande Escola de Artesanato (estilo de um Campus Universitário).

Identificou-se ainda que a construção dos Centros de Artesanato do Estado de Minas Gerais ocorreu apenas no período de 1997 a 1999.

É fundamental destacar o papel do Legislativo, uma vez que, para que as aquisições orçamentárias adicionais destinadas ao PAB fossem concretizadas, este Poder foi crucial a partir do momento em que se tornou responsável pela discussão e

elaboração do Orçamento da União, visto que o Congresso Nacional é o único responsável por essa elaboração.

Concomitantemente ao repasse de aproximadamente R\$2.500.000,00 (dois milhões quinhentos mil reais) aos municípios de Minas Gerais participantes, mais R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais) foram cedidos pelo PAB para um projeto complementar de capacitação: o Projeto Geração de Renda e Qualidade de Vida. Tal Projeto visou à busca de talentos para a criação de Associações de Artesãos e o aprimoramento de técnicas artesanais que pudessem ser desenvolvidas nos Centros de Artesanato. Esse valor foi utilizado para contemplar 29 localidades, incluídas as contempladas com a construção dos Centros de Artesanato.

4.1.2 Descrição, objetivo, metas, recursos alocados e a política do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB)

Os aspectos referente a descrição, objetivos, metas, recursos alocados e planejamento futuro (política do artesanato) serão apresentados a seguir, conforme dados pesquisados no MDIC (BRASIL, 2007)

O Programa de Artesanato Brasileiro – PAB, vinculado ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior por meio do Decreto 1.508, de maio de 1995. Seu principal objetivo é o de gerar oportunidades de trabalho e de renda, bem como estimular o aproveitamento das vocações regionais, levando à preservação das culturas locais e à formação de uma mentalidade empreendedora, por meio da preparação das organizações e de seus artesãos para o mercado competitivo, com foco na cadeia produtiva do artesanato (BRASIL, 2007).

A partir do período de 2004 à 2007, o PAB ganhou status de Programa Orçamentário na proposta do Plano Plurianual de investimentos. A implementação de suas ações ocorreu por intermédio das Coordenações Estaduais de Artesanato das 27 unidades da Federação.

Assim, foi possível verificar nos objetivos, metas e planejamentos futuros para este programa a sua preocupação com um dos maiores desafios enfrentados pelos artesãos: o acesso ao mercado externo. A preocupação do programa sinaliza para a necessidade de mudança de conduta dos artesãos e suas organizações, quanto à sua estrutura e processos de trabalho, no que tange as necessidade de estabelecer

seus empreendimentos de forma competitiva, utilizando a identidade cultural como um dos principais valores agregados.

Para cumprir com os estes objetivos, o PAB estabelece mecanismos que possibilitem ao artesão ter acesso às exportações, promovendo a articulação dos diferentes atores e criando ambiência que favoreça o surgimento e o fortalecimento de pequenos negócios. Os mecanismos agem como forma de promover o desenvolvimento integrado de maneira sincronizada com as dimensões sociais, econômicas e cognitivas.

O PAB tem por objetivos: a) estimular a produção artesanal, a partir da valorização da produção e de suas característica, focando a geração de renda e a inclusão sócia com vistas a geração de emprego, ocupação e renda; b) estimular a exportação; c) desenvolver e aproveitar as vocações regionais/locais; e d) proporcionar a integração regional e internacional. A implementação dessas políticas envolve parcerias entre os órgãos do Governo Federal, estados, municípios e entidades privadas.

A meta do PAB é coordenar e desenvolver atividades que visem valorizar o artesão brasileiro, elevando o seu nível cultural, profissional, social e econômico, bem como desenvolver e promover o artesanato e a empresa artesanal, utilizando-se dos recursos orçamentários do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (BRASIL, 2007).

Os recursos alocados para o PAB podem ser verificados conforme pesquisa realizada no ano de 2007 no Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Os recursos alocados desde 1995 até 2007 somam R\$ 28.393.339,00 (vinte e oito milhões, trezentos e noventa e três mil, trezentos e trinta e nove reais), conforme mostra a TAB 1.

Tabela 1 – Proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada em 2007

Ano	Investimento (R\$)	Custeio (R\$)	Total (R\$)
1995	-	-	-
1996	4.784.463,00	-	4.784.463,00
1997	2.633.790,00	-	2.633.790,00
1998	4.024.401,00	-	4.024.401,00
2000	-	80.000,00	80.000,00
2001	750.000,00	1.385.000,00	2.135.000,00
2002	1.285.000,00	-	1.285.000,00
2003	-	789.185,00	789.185,00
2004	4.270.000,00	2.716.257,00	6.986.257,00
2005	3.753.440,00	141.152,00	3.894.592,00
2006	295.798,00	96.000,00	391.798,00
2007*	400.000,00	327.853,00	727.853,00
Total	22.857.892,00	5.535.447,00	28.393.339,00

Fonte: BRASIL (2007)

Foi possível observar que o programa iniciou-se em 1995, na gestão do então presidente Fernando Henrique Cardoso, em que se priorizaram investimentos na construção de Centros de Artesanato e a aquisição de seus equipamentos.

Após esta primeira fase, investiu-se no monitoramento, na capacitação e na avaliação do programa, dando segmento a desdobramentos, conforme especificado nos Estados e municípios, já citados anteriormente.

A política do artesanato do PAB tem por objetivo atingir os dez marcos descritos a seguir

- a) Desenvolver o censo estadual de artesãos autônomos, Cooperativas, Associações de produção e demais instituições que produzam, trabalhem e apoiem o artesanato;
- b) Definir a divulgação da identidade (marca) do artesanato específico de cada Estado e Distrito Federal (ANEXO 3);

- c) Implantar o programa de definição de padrões de produções, qualidade, design (ANEXO 4), registros dos produtos no INPI, a tecnologia industrial básica -TIB- INMETRO (APÊNDICE C), Ministério da Saúde e demais órgãos regulamentadores;
- d) Elaborar do catálogo dos produtos artesanais, incluindo meio eletrônico, que servirá de base para a comercialização aos legistas locais nacionais e de exportação;
- e) Implantar o shopping virtual;
- f) Implantar o programa de fixação da identidade do artesanato em cada Estado e Distrito Federal;
- g) Valorizar os artesãos mais experientes detentores de tecnologia transferida através de gerações para formar jovens artesãos e preservar, principalmente, aquelas manifestações artesanais em risco de extinção;
- h) Estabelecer programas de qualificação (básica, específica e de gestão) e linhas de microcrédito exclusiva para artesãos;
- i) Ampliar o número de pontos de comercialização fora do Estado e a participação em feiras e centros nacionais e internacionais; e
- j) Elaborar estudos que possibilitem um melhor aproveitamento comercial dos produtos, introdução e reciclagem de novos materiais e novas técnicas.

4.1.3 Projeto de Construção de 17 Centros de Artesanato mineiro

O Projeto de construção dos 17 centros de Artesanato mineiro este realizou-se por intermédio do MDIC – PAB. A prefeituras dos dezessete municípios mineiros contemplados pelo PAB celebraram convênio em 1999 (ANEXO 1-Modelo do município de Prudente de Moraes) para a construção de um prédio para um Centro de Artesanato em cada município (todas as construções ocorreram no ano 2000), com área aproximadamente de 168,56 m² e aquisição de equipamentos e materiais necessários para o funcionamento de oficinas de artes conforme o Plano de Trabalho (ANEXO 2) apresentado pela localidade, exceto Montes Claros e Sete Lagoas, cujos Planos de Trabalho não foram encontrados.

Quanto as obrigações desse convênio, ficou sob a competência do MDIC orientar, supervisionar e fiscalizar os trabalhos conveniados, cabendo-lhe especificamente acompanhar as atividades a serem executadas, verificar a exata aplicação dos recursos desse convênio e avaliar os resultados, assim como transferir os recursos financeiros mediante ordem bancária externa, de acordo com o Cronograma de Desembolso (ANEXO 2) especificado pelo município, juntamente com o Plano de Trabalho.

Aos municípios ficou a competência de executar os trabalhos necessários à consecução de que trata o convênio, observando sempre os critérios de qualidade técnica, os custos e os prazos previstos, promover as licitações necessárias à consecução do convênio, assim como prestar contas à União (modelo de convênio – ANEXO 1) (BRASIL, 2007).

A planta arquitetônica foi igual para a construção de todos os Centros, exceto Sete Lagoas e Montes Claros que não receberam a construção. Dos R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) cedidos para essas construções mineiras, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) foi para o município de Sete Lagoas e o restante para atender aos demais municípios contemplados com o PAB, assim como os valores gastos com os equipamentos para as oficinas e um capital de giro de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada Centro iniciar suas atividades, exceto Sete Lagoas, de onde não há informação (ANEXO 2). Os valores exatos de recursos repassados a cada uma das dezessete cidades participantes do projeto podem ser vistos TAB 1.

Tabela 2 – Valor dos recursos do PAB repassado aos municípios de MG

Município	Valor do Repasse em Reais (R\$)
Buenópolis	(*)
Cachoeira da Prata	134.594,10
Cordisburgo	110.000,00
Funilândia	110.000,00
Inhaúma	110.000,00
Joaquim Felício	110.000,00
Monjolos	110.000,00
Montalvânia	154.000,00
Monte Azul	(*)
Montes Claros	(**)
Olhos D'água	110.000,00
Paraopeba	110.000,00
Pompéu	(*)
Porteirinha	114.000,00
Prudente de Moraes	110.000,00
Santana de Pirapama	110.000,00
Sete Lagoas	1.000.000,00

Fontes: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2001)
 Prefeituras Municipais (2007).

(*) Não declarado.

(**) Verba não declarada, mas destinada à compra de equipamentos ao invés da construção dos Centros de Artesanato.

No município de Sete lagoas, os recursos obtidos com os cursos oferecidos à sociedade e com as vendas dos produtos destinados para manutenção e desenvolvimento do Centro de Artesanato. No entanto, a prefeitura assumiu o pagamento dos salários dos professores, que correspondem, em média, a valores um pouco acima do salário mínimo.

É importante ressaltar que os professores artesãos dividem sua jornada de trabalho em dois períodos: metade deste período produzindo artefatos para a obtenção de recursos por meio de venda e a outra metade ministrando. A prefeitura também disponibilizou para Centro de Artesanato os mesmos serviços médicos e advocatícios oferecidos à sociedade. Os demais profissionais requisitados são pagos com recursos advindos das taxas cobradas nos serviços prestados pelo Centro.

No Quadro 3, podem ser vistas as especificidades de cada um dos 17 Centros de Artesanato mineiro: a quantidade de artesãos partícipes, o material usado para confecção dos trabalhos artesanais, os materiais reciclados, os cursos que ministram à sociedade, as oficinas que foram constituídas e os trabalhos artísticos que retratam a tradição cultural local:

**Quadro 3 – Especificidades da implementação
dos 17 Centros de Artesanato mineiro no período de 2001-2002**

Municípios	Artesãos	Material	Recicla	Cursos	Oficinas/produtos	Tradição/produtos
Buenópolis	45	Barro; flores, folhas, frutos, ramos secos, madeira, tintas, linhas, gesso, tecidos, cola, alicate.	Jornal e plástico	Cerâmica, cestaria e trançado. 60 alunos.	Crochê, tricô e bordado; pintura; bijuterias; bonecos; arranjos florais.	Galinha d'angola e painéis (barro); carros de boi (madeira).
Cachoeira da Prata	40	Barro, gesso, bucha vegetal, corda, tinta, madeira, linha, tecido.	Caixas de leite e jornais		Uniformes; adornos; bonecos; tricô e crochê; tapeçaria; bolsas e roupas.	Peças sacras
Cordisburgo	53	Tecidos, palha de milho, juta, marchetaria e taboa, frutas, açúcar, cachaça, farinha de trigo, palha de bananeira e penas de galinha e gesso.	Plástico e jornal		Crochê; tapeçaria, chapéus; blusas e bolsas; petecas, arranjos florais; licores, geléias e biscoitos.	Peça em gesso – imagem do escritor Guimarães Rosa (natural desse município).
Funilândia	60	Palito de picolé, caixas, barro, linhas, tecidos, tintas, cola.	Papel	Bordado 50 alunos.	Peças utilitárias e adornos; bordado; cerâmica;	Peças sacras, bilhas e painéis, bordado.
Inhaúma	70	Barro, pedra, linhas, cola, tecidos, tintas, cana-de-açúcar.		Bordado; tapeçaria. 60 alunos.	Cerâmica; bordado; tapeçaria; oficina de produção de cachaça artesanal e rapadura.	Tapete arraiolo mineiro (influência portuguesa); painéis de pedra.
Joaquim Felício	60	Quartzo, flores, folhas de cocomacabuá secas, tecidos, tinta, cola, zíper, linhas, fios de lã, garrafas.	Papel, caixas de leite e vidros.		Bonecos, cristal (transformado pelo quartzo); bolsas; bordado; utilitários; cerâmica; arranjos florais.	Mochilas em formato de bonecos.
Monjolos	60	Tecidos, tintas, cola, garrafas, milho, farinha de trigo, açúcar, frutas, legumes, cachaça, pinha, madeira, linha, tecido, tintas.	Embalagem de papel.	Bordado, utilitários, pintura. 60 alunos.	Bonecos, brinquedos, guloseimas, crochê, tricô, bordado.	Guloseimas artesanais.

Continua

Montalvânia	100	Papel, cola, tintas, linhas, tecidos, madeiras, cola, sucatas, flores, folhas secas, linhas de lã, garrafas, arame.	Caixas, papel, garrafas de plástico	Pintura, bordado, tear, utilitária e decorativa sucata. 200 alunos.	Bonecos, Pintura, bordado, tear, entalhes, peça utilitária e decorativa sucata.	Entalhes em madeira.
Monte Azul	90	Papel, cola, tecido, arame, linhas, tintas, linhas de lã, flores e folhas secas, madeira, garrafas, telas.	Jornal e garrafa	Tear, tapete arraiolo. 250 alunos.	Bonecos, tear, utilitária e decorativa, bordado, crochê, pintura, cerâmica, entalhe.	Bonecos.
Montes Claros.	10	Não ganharam construção de Centro de Artesanato, só equipamentos.		Bordado, crochê, tricô, tear e pintura. 200 alunos da terceira idade.	Bonecos – resultado apenas do projeto geração de renda e qualidade de vida (na faculdade da UNIMONTES).	
Olhos d'Água	50	Papel de bala, barro, linha, tecido, gesso, cola, madeira, cana-de-açúcar, fubá, frutas, queijo.	Papel.		Bonecos, bordados, cerâmica, entalhes, guloseimas.	Peça de Ets em barro e gesso.
Paraopeba	35	Palha de milho, sementes, flores e folhas secas, casca de ovo, tintas, bambu, cipó, cola, arame.	Papel e garrafas.		Arranjos florais; cerâmica; crochê, bordado; pintura.	Bonecas de palha de milho.
Pompéu	15	Bambu; madeira; flores e folhas secas; cola, arame; cana-de-açúcar; garrafas; alicates; miçangas, e vidrilhos e pedras.			Produção de cachaça e doces; arranjos, bonecas e cestaria, bijuteria.	Peças de vestuário em Fuxico.
Porteirinha	50	Casca de laranja; tampinhas de refrigerante, papel; tecido, folhas e flores secas, arame, cola, linhas; açúcar; parafina, farinhas, frutas.	Papel e garrafas		Bonecos; vestuário; guloseimas, arranjos florais; velas ornamentais.	Velas ornamentais e doces de casca de laranja.
Prudente de Moraes	10	Massa de trigo; cola, tinta, tecido, papel, linhas, fitas, meia de seda, espuma, barro, zíper, azulejos picados, verniz e bambu.			Biscuit; pintura; vestuário; bonecas; mosaico; utilitários.	Bonecos de espuma
Santana de Pirapama	32	Couro, madeira, cola, corda, arame, tintas, tecido, linhas, frutas, açúcar, papel, flores e folhas secas, palha de coco, palha de milho, disco de arado, folhas de bananeira, bambu, barro, cabelo de cavalo. Cachaça.	Jornal	Papel machê; crochê; tricô; arranjos florais; cadeiras em couro. 160 alunos.	Móveis; papel machê; entalhes; bordado; guloseimas; utilitários de decorativas.	Cadeiras tiras de couro trançados.
Sete Lagoas	40 professores artesãos	Tecidos, linhas, tintas, cola, madeira, azulejos, barro, algodão, papel, parafina.	Papel	“7 mil beneficiados” com cursos e serviços à sociedade	Cerâmica, tear, pintura, marcenaria, utensílios domésticos e decorativos; vestuário, velas e brinquedos.	Tapeçaria em retalhos de malha.

Fonte: MOREIRA (2004)

Buenópolis possui 45 artesãos, e utiliza como matéria prima: barro, flores, folhas, frutos, ramos secos, madeira, tintas, linhas, gesso, tecidos, cola e alicate. Tem como política reciclar o jornal e plástico. Oferece os cursos de Cerâmica, Cestaria e Trançado. Possui 60 alunos. Tem, ainda, uma oficinas/produtos em que oferece crochê, tricô e bordado, pintura, bijuterias, bonecos, e arranjos florais. Sua tradição de produtos está focada em galinha d'angola, panelas (barro) e carros de boi madeira. Este município se insere no contexto dos fundamentos do PAB, que é estimular a produção artesanal, valorizando a produção e a característica, focando na geração de renda na inclusão social, visando à geração de emprego, ocupação e renda bem como nos princípios da economia solidária de oferecer a garantia da existência de centros de referência públicos, com oferta de cursos e treinamento para aprendizagem específica do associativismo/cooperativismo na perspectiva da Economia Social.

Cachoeira da Prata apresenta cerca de 40 artesãos que trabalham com a seguinte matéria prima: barro, gesso, bucha vegetal, corda, tinta, madeira, linha e tecido. Este município recicla - caixas de leite e jornais, porém não oferece treinamentos. Ou seja, não apresentou nenhum curso quando da sua implantação e não possui uma oficinas/produtos. Tem como finalidade principal a confecção de uniformes, adornos, bonecos, tricô, crochê; tapeçaria bolsas e roupas. Sua principal tradição/produtos é o de peças sacras. Este município se insere no fundamento do Pab estimulando a fabricação de artesanato. Contudo, não há nenhum princípio da economia solidária que se configure a este município como ação efetiva.

Cordisburgo apresenta 53 artesãos. Seus materiais de trabalho: são tecidos, palha de milho, juta, marchetaria e taboa, frutas, açúcar, cachaça, farinha de trigo, palha de bananeira, penas de galinha e gesso. Tem como premissa a reciclagem de plástico e jornal. Não oferece cursos, mas possui uma oficinas/produtos, crochê; tapeçaria, chapéus, blusas e bolsas, petecas, arranjos florais, licores, geléias e biscoitos. Sua tradição/produtos é a fabricação de peça em gesso. Oferece o estímulo à produção artesanal, valorizando a produção e característica e focando a geração de renda e a inclusão social com vistas à geração de emprego, ocupação e renda. Os fundamentos do PAB são caracterizados nas ações deste município.

Funilândia possui 60 artesãos. Utiliza como material: palito de picolé, caixas, barro, linhas, tecidos, tintas e cola. Trabalha com reciclagem de papel. Oferece os cursos de bordado para 50 alunos e ainda tem sua oficinas/produtos peças utilitárias e adornos, bordado, cerâmica e sua tradição/produtos compreende peças sacras, bilhas, panelas e bordado, fundamentos do PAB se identificam quando o município estimula a produção artesanal, valorizando a produção e característica, focando a geração de renda e a inclusão social, com vistas à geração de emprego, ocupação e renda. São claramente reconhecidos os princípios da economia solidária quando este busca garantir a existência de centros de referência públicos, com a oferta de cursos e treinamento para aprendizagem específica do associativismo /cooperativismo na perspectiva da Economia Social.

Inhaúma tem 70 artesãos. Utiliza como principal matéria-prima: barro, pedra, linhas, cola, tecidos, tintas e cana-de-açúcar. Não trabalha com reciclagem de materiais. e Oferece os cursos de bordado e tapeçaria para 60 alunos. Possui ainda uma oficinas/produtos com cerâmica, bordado, tapeçaria, oficina de produção de cachaça artesanal e rapadura. Sua principal tradição/produtos são tapetes arraiolo mineiro (influência portuguesa) e panela de pedra. O fundamento do PAB se configura neste cenário, uma vez que o município estimula a produção artesanal, valorizando a produção e característica, focando a geração de renda e a inclusão social com vistas à geração de emprego, ocupação e renda, bem como o princípio da economia solidária, que garante a existência de centros de referência públicos, com oferta de cursos e treinamento para aprendizagem específica do associativismo/cooperativismo visando à Economia Social.

Joaquim Felício apresenta um contingente de 60 artesãos. Utiliza como Seu material básico: quartzo, flores, folhas de coco-macaúba secas, tecidos, tinta, cola, zíper, linhas, fios de lã e garrafas. Trabalha com reciclagem de papel, caixas de leite e vidros. Não oferece cursos. Contudo possui uma oficinas/produtos, que contempla bonecos, cristal (transformado pelo quartzo); bolsas, bordado, utilitários; cerâmica e arranjos florais. Sua tradição encontra-se na fabricação de mochilas em formato de bonecos. Aqui ocorre a prática tanto de fundamentos do PAB quanto da economia solidária. Ou seja o fundamento do município estimula a produção artesanal,

valorizando a produção, focando a geração de renda e a inclusão social, com vistas à geração de emprego, ocupação e renda, bem como princípio da economia solidária, que garante a existência de centros de referência públicos, com oferta de cursos e treinamento para aprendizagem específica do associativismo/cooperativismo visando à Economia Social.

Monjolos possui 60 artesãos. Utiliza como material, tecido, tintas, cola, garrafas, milho, farinha de trigo, açúcar, frutas, legumes, cachaça, pinha, madeira, linha, tecido e tintas. Trabalha com reciclagem de material embalagem de papel. Oferece cursos como bordado, utilitários e pintura, tendo 60 alunos. Sua oficinas/produtos contempla bonecos, brinquedos, guloseimas, crochê, tricô e bordado. Sua tradição/produtos são as guloseimas artesanais. O fundamento do PAB estimula a produção artesanal, valorizando a produção, focando a geração de renda e a inclusão social, com vistas à geração de emprego, ocupação e renda, O princípio da economia solidária garante a existência de centros de referência públicos, com oferta de cursos e treinamento para aprendizagem específica do associativismo/cooperativismo, visando à Economia Social, característicos neste município.

Montalvânia apresenta um quadro de 100 artesãos, usa como material básico papel, cola, tintas, linhas, tecidos, madeiras, cola, sucatas, flores, folhas secas, linhas de lã, garrafas e arame. Trabalha com reciclagem de caixas, papel e, garrafas de plástico. Nos cursos oferecidos, encontram-se pintura, bordado, tear, utilitária e decorativa sucata. Possui um número expressivo de 200 alunos. Sua oficinas/produtos oferece bonecos, pintura, bordado, tear, entalhes, peça utilitária e decorativa sucata. A tradição/produtos está no entalhes em madeira. O princípio do PAB se configura no sentido de que o município estimula a produção artesanal, valorizando a produção, focando a geração de renda e a inclusão social, visando a geração de emprego, ocupação e renda. O princípio da economia solidária que garante a existência de centros de referência públicos, com a oferta de cursos e treinamento para aprendizagem específica do associativismo/cooperativismo visando à Economia Social.

Monte Azul possui 90 artesãos. Sua matéria prima está focada em papel, cola, tecido, arame, linhas, tintas, linhas de lã, flores e folhas secas, madeira, garrafas e telas. Os produtos que recicla são: jornal e garrafa oferece os cursos de tear e tapete arraiolo. Possui 250 alunos. Sua oficinas/produtos oferece bonecos, tear, utilitária e decorativa, bordado, crochê, pintura, cerâmica e entalhe. Sua tradição/produtos são os bonecos. Este município busca estimular a produção artesanal, valorizando a produção e característica, focando a geração de renda e a inclusão social, com vistas a geração de emprego, ocupação e renda. E ainda proporciona a integração regional e internacional.

Montes Claros, possui 10 artesão. Não obteve a construção de Centro de Artesanato, só conseguindo equipamentos. Não trabalha com reciclagem. Os cursos são de bordado, crochê, tricô, tear e pintura, oferecidos para alunos da terceira idade. Quanto a oficinas/produtos, os bonecos são o resultado do projeto geração de renda e qualidade de vida na faculdade da UNIMONTES. Não se identificou nenhum fundamento ou princípio da economia solidária que correlacione às ações deste município.

Olhos d'Água tem 50 artesãos. Usa como material papel de bala, barro, linha, tecido, gesso, cola, madeira, cana-de-açúcar, fubá, frutas e queijo. Trabalha com reciclagem de papel. Não oferta cursos. Suas oficinas/produtos centram-se em bonecos, bordados, cerâmica, entalhes e guloseimas. Tem como tradição/produtos peça de ets em barro e gesso. O fundamento identificado neste município é o de estimular a produção artesanal, valorizando a produção e característica, focando a geração de renda e a inclusão social, com vistas a geração de emprego, ocupação e renda.

Paraopeba apresenta 35 artesãos. Usa como material característico é a palha de milho, sementes, flores e folhas secas, casca de ovo, tintas, bambu, cipó, cola e arame. Lida com a reciclagem de papel e garrafas. Não oferece cursos. Sua Oficinas/produtos apresenta arranjos florais, cerâmica, crochê, bordado, pintura. A tradição/produtos encontra-se nas bonecas de palha de milho. Aqui fica claro o estímulo da produção artesanal, valorizando a produção e característica, focando a

geração de renda e a inclusão social, com vistas a geração de emprego, ocupação e renda, um dos fundamentos do PAB.

Pompeu apresenta um quadro de 15 artesãos. Usa como material bambu; madeira; flores e folhas secas, cola, arame, cana-de-açúcar, garrafas, alicates, miçangas e vidrilhos e pedras. Não recicla material e não oferece cursos. Sua oficina de Oficinas/produtos está na produção de cachaça, doces; arranjos, bonecas, cestaria e bijuteria. Sua tradição em produtos evidencia-se pela comercialização de peças de vestuário em fuxico. Este município contempla fundamentos do PAB quando busca estimular a produção artesanal, valorizando a produção e característica, focando a geração de renda e a inclusão social, visando a geração de emprego, ocupação e renda.

Porteirinha possui 50 artesãos. Usa como material casca de laranja, tampinhas de refrigerante, papel, tecido, folhas e flores secas, arame, cola, linhas, açúcar; parafina, farinhas e frutas. Este município trabalha a reciclagem de papel e garrafas. Não oferece cursos. Sua oficina/produtos centra-se em bonecos, vestuário, guloseimas, arranjos florais e velas ornamentais. Sua tradição/produtos focaliza na produção de velas ornamentais e doces de casca de laranja. Estimula a produção artesanal, valorizando a produção e característica, focando a geração de renda e a inclusão social, com vistas à geração de emprego, ocupação e renda, é um dos fundamentos do PAB.

Prudente de Moraes tem 10 artesão. Usa como material utilizado é massa de trigo, cola, tinta, tecido, papel, linhas, fitas, meia de seda, espuma, barro, zíper, azulejos picados, verniz e bambu. Não oferece cursos e não trabalha com reciclagem. Sua oficina/produtos centra-se em biscuit, pintura, vestuário, bonecas, mosaico e utilitários. Tem como tradição/produtos, bonecos de espuma. O pressuposto do PAB evidencia-se neste município. A produção artesanal, valorizando a produção e característica, focando a geração de renda e a inclusão social, com vistas à geração de emprego, ocupação e renda.

Santana de Pirapama possui 32 artesãos. Usa como material o couro, madeira, cola, corda, arame, tintas, tecido, linhas, frutas, açúcar, papel, flores e folhas secas, palha

de coco, palha de milho, disco de arado, folhas de bananeira, bambu, barro, cabelo de cavalo e cachaça. Trabalha a reciclagem do jornal. Os cursos oferecidos são de: papel machê, crochê, tricô, arranjos florais e cadeiras em couro. Possui 160 alunos. Sua oficinas/produtos centra-se em móveis, papel machê, entalhes, bordado, guloseimas, utilitários de decorativas. Sua tradição/produtos contempla e tiras de couro trançados. Estimula a produção artesanal, valorizando a produção e característica, focando a geração de renda e a inclusão social, com vistas a geração de emprego, ocupação e renda, um dos fundamentos do PAB.

Sete Lagoas, possui 40 artesãos. Utiliza como material, tecidos, linhas, tintas, cola, madeira, azulejos, barro, algodão, papel, parafina. Oferece cursos há 7 mil beneficiados” com cursos e serviços à sociedade. Sua Oficinas/produtos, cerâmica, tear, pintura, marcenaria, utensílios domésticos e decorativos, vestuário, velas e brinquedos. Tradição/produtos, tapeçaria em retalhos de malha. Este município se insere no contexto tanto dos fundamentos do PAB quanto da economia solidária.

4.2 Entrevistas realizadas nos Centros de artesanato

Os resultados dos questionários aplicados nos 17 Centros de Artesanato nos municípios mineiros contemplados pelo PAB foram organizados em tabelas apresentadas a seguir. Os resultados do ano de 2002 são relativos à fase de implementação. Os resultados do ano 2007 permanecem sem alterações até o momento a TAB. 3 apresenta os aspectos jurídico-funcionais diagnosticados nos Centros.

Tabela 3 – Aspectos jurídico-funcionais diagnosticados nos Centros de Artesanato

Aspectos	Especificidade	Número de Centros	
		Ano	
		2002	2007
Constituição jurídica	Federação de Associações	1	1
	Associação	12	9
	Empresa privada	0	1
	Informalidade	4	4
	Sem atividade	0	2
	Educação	0	7
Funções	Saúde	0	4
	Cultura	0	3
	Artesanato	17	15
	Outros	0	3
	Sem função artesanal	0	2
Propriedade	Prefeitura	16	16
	A própria Entidade	1	1

Fonte: Dados da pesquisa

Percebeu-se que os Centros de Artesanato se subdividem em: Constituição jurídica, Funções e Propriedade. Durante o período de implementação (2001-002), a maior parte dos Centros foi estabelecida como associação, e essa tendência permanece nos dias de hoje, embora alguns deles se transformaram em instituições informais e dois desses encontram-se inativos.

Um caso particular do aspecto político-jurídico é percebido no município de Sete Lagoas, cujo Centro é caracterizado por ser uma Federação de Associações, ou seja, um órgão que representa várias outras associações que seguem um padrão capitalista. Em 2002, todos os Centros desempenhavam função exclusivamente voltada para o artesanato. No entanto, além das funções artesanais, muitos Centros se dedicam às áreas de educação, saúde e cultura. Há Centros que abandonaram de vez a função típica para a qual foram criados: o artesanato. O aspecto de

propriedade continua o mesmo entre os dois períodos analisados, sendo que a maioria dos Centros continua em propriedade das Prefeituras locais.

A TAB. 4 sumariza os aspectos político-tecnológicos dos Centros de Artesanato mineiro.

Tabela 4 – Aspectos político-tecnológicos dos Centros de Artesanato mineiro

Aspectos	Especificidade	Número de Centros	
		Ano	
		2002	2007
Propriedade intelectual	Logomarca (5)	5	5
	Mascote (2)	2	2
	Criações específicas (1)	1	1
Registro	-	1	1
Normalização	-	0	0

Fonte: Dados da pesquisa

Na questão político-tecnológica, caracterizada pela propriedade intelectual, pelo registro e pela normalização, percebeu-se que menos da metade dos Centros se preocupou-se com questões que envolvem a consolidação da identidade, prevista nos princípios da Economia Solidária. Apenas 5 dos 17 Centros desenvolveram uma logomarca no período de 2001 – 2007. Nenhum dos Centros se preocupa com o aspecto de normalização de seus produtos, tido pela sociedade como um dos principais aspectos tecnológicos da atualidade.

A situação percebida nos aspectos político-tecnológicos demonstra total discordância com a implementação do programa de definição de padrões de produção, qualidade e *design*, e com a definição da divulgação da identidade do artesanato específico de cada Estado e do Distrito Federal, previstos como marcos de avaliação do PAB (2000). Era esperado que, de acordo com os conceitos estabelecidos pelo INPI (2007) e pelo INMETRO (2005), os 17 Centros de Artesanato mineiro desenvolvessem um padrão de qualidade e normalização que se adequassem às necessidades da sociedade, o que não ocorreu.

Os resultados relativos aos aspectos de gestão administrativa encontram-se descritos na TAB. 5.

Tabela 5 – Aspectos de gestão administrativa dos Centros de Artesanato mineiro

Aspectos	Número de Centros	
	Ano	
	2002*	2007
Autogestão	11	11
Heterogestão	14	14
Não praticam gestão	2	0
Sem atividades artesanais	0	2

Fonte: Dados da pesquisa

No ano de 2002 observou-se que 10 Centros Administrativos praticavam autogestão e heterogestão; 4 somente heterogestão; 1, somente autogestão 2 não praticam nenhuma gestão. Percebeu-se ainda que a situação é mista, sendo os Centros são geridos de duas formas: a autogestão e a heterogestão. Havendo ainda, situações em que nenhum tipo de gestão é aplicado. A maioria dos centros que exerce a autogestão também exerce a heterogestão, e a situação permanece rigorosamente idêntica entre 2002 e 2007. Somente uma ressalva deve ser feita em função de que os Centros que não aplicavam nenhum tipo de gestão em 2002, atualmente eles não exercem nenhuma atividade artesanal.

Os resultados relativos aos aspectos de gestão administrativa demonstraram total discordância dos conceitos de gerência pública e social. As idéias defendidas por Ribeiro (2003, p. 4), Pereira *et al.* (2005 p. 9) e Rodrigues e Araújo (2005, p. 1) demonstram que a fragmentação do tipo de gestão aplicada nos Centros dificulta a redefinição e adoção de um plano que possa corrigir os desvios diagnosticados e que permita prosseguir com sucesso na atividade proposta pelo PAB. Isso pode ser claramente percebido na situação dos Centros que não exercem mais a atividade artesanal ou que se encontram em completa inatividade.

A tabela mostra os aspectos ecológico-culturais.

Tabela 6 – Aspectos ecológico-culturais dos Centros de Artesanato mineiro

Aspectos	Especificidade	Número de Centros	
		Ano	
		2002	2007
Matéria prima	Renováveis	17	15
	Buscam na natureza	17	15
	Compram materiais	17	15
	Não renovável	0	0
Produção	Estudo cultural	6	6
	Hábitos milenares	11	9
	Sem produção artesanal	0	2

Fonte: Dados da pesquisa

Constatou-se que em 2002 a utilização de materiais reciclados na confecção de artesanato era o recurso principal de aquisição de matéria-prima. Essa característica permanece nos dias de hoje. Dos 17 Centros que valorizavam matérias-primas renováveis, reciclagem de materiais naturais e exploração sustentável (caracterizada pela busca de materiais na natureza), 15 ainda exercem essa valorização. Pode-se ressaltar que nenhum dos Centros em atividade artesanal utilizou ou ainda utiliza fontes de material não renovável.

Os aspectos ecológico-culturais de cada Centro podem ser considerados um fator de sucesso na implementação de princípios da Economia Social descritos por Singer (2002, p. 120). Dentre esses princípios, destaca-se a valorização dos artesãos mais experientes, que são detentores de tecnologia proveniente de gerações anteriores.

Na questão que envolve técnicas de produção (TAB. 6), a característica é predominantemente tradicional. No período de implementação, os hábitos milenares de produção artesanal superaram em muito as técnicas atuais de produção e permanecem à frente dessas até os dias de hoje, embora haja um equilíbrio maior entre as duas vertentes na atualidade.

A tabela 7 apresenta os resultados relativos aos aspectos sócioeconômicos de cada Centro.

Tabela 7 - Aspectos socioeconômicos dos Centros de Artesanato mineiro

Aspectos	Especificidade	Número de Centros	
		Ano	
		2002	2007
Trabalhos com comunidade local	-	17	15
Intercâmbio e cooperação com outras entidades fora da comunidade	-	1	1
Vendas:	Atacado	3	4
Mercado Nacional	Varejo	17	15
	Atacado (0)	0	0
Mercado internacional	Varejo (0)	0	0

Fonte: Dados da pesquisa

Somente o município de Sete Lagoas realizou intercâmbio e cooperação com outras cidades fora da comunidade, por ser um aglomerado de associações com padrão capitalista. Verificou-se ainda que dos 17 Centros que atuavam em trabalhos comunitários no período de implementação 15 ainda permanecem com esse tipo de atuação. As vendas permaneceram completamente voltadas para o mercado nacional com praticamente nenhuma alteração setorial, sendo que a predominância encontra-se no mercado varejista.

Os bons resultados relativos a trabalhos com a comunidade (15 dos 17 Centros exercem esse tipo de interação) condizem com um dos objetivos do PAB, que é a integração regional. Mas segundo esses mesmos aspectos, pode-se observar o contraste que existe no aspecto de vendas: todos os esforços foram concentrados para o mercado nacional. Não se pôde constatar nenhuma iniciativa considerável de se expandir as fronteiras do mercado em nível internacional, pois nenhum dos Centros apresentou resultados nesse sentido. Na fase de implementação, que ocorreu no período entre 2001 e 2002, os municípios receberam os equipamentos para a montagem das oficinas e o valor de capital de giro, especificado anteriormente. Pela falta da disponibilidade de dados, os elementos quantitativos sobre a fase inicial de implementação não puderam ser averiguados, sendo então classificados como dados inexistentes na (TAB. 8)

Tabela 8 - Aspectos financeiros dos Centros de Artesanato mineiro

Aspectos	Especificidade	Número de Centros	
		Ano	
		2002	2007
	Não arrecada		8
	1000,00		1
Arrecadação mensal do Centro	400,00	Dados inexistentes	1
	100,00		2
	90,00		2
	80,00		3
	350,00		1
	200,00		1
Arrecadação mensal por membro	150,00	Dados inexistentes	1
	100,00		2
	80,00		3
	Produção e venda		7
	Não produzem artesanato		3

Fonte: Dados da pesquisa

Foi evidenciado, todavia, que as primeiras contas mensais foram pagas pelo Programa, com o intuito de incentivar a sustentabilidade e manutenção dos Centros. O que se constatou é que os artesãos contribuía com 10% de seus ganhos para a complementação dos recursos destinados a essa manutenção, para a qual as prefeituras municipais também contribuía. Os dados de arrecadação individual de cada membro em 2007, bem como do Centro em sua totalidade, são apresentados na TAB 8.

Identificou-se que no ano de 2007 foi possível constatar que cada artesão retirava valores entre R\$ 80,00 (oitenta reais) e R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por mês e que a maioria dos Centros também possuía uma arrecadação mensal que variava entre R\$ 80,00 (oitenta reais) e R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Além disso, também foram constatadas situações em que o artesão participante dos Centros somente obtinha renda pelo que produzia e vendia esporadicamente. Há situações de alguns Centros em que nenhuma atividade artesanal é produzida. O município de Sete Lagoas teve um comportamento singular, que o distinguiu dos demais Centros durante esse período. O pagamento do salário dos professores que atuavam nesses Centros foi assumido pela prefeitura, com valores um pouco acima de um salário mínimo. No entanto, parte da jornada diária de trabalho desses professores era utilizada para a produção de artefatos, visando à obtenção de

recursos e a outra parte era utilizada para ministrar aulas. Houve também uma disponibilidade por parte da prefeitura de serviços médicos e advocatícios. Quando havia necessidade da atuação de profissionais que não participavam dos Centros como membros, o pagamento deles era feito por meio dos recursos arrecadados pelo próprio Centro de Artesanato.

4.3 Análise dos resultados

Os estudos realizados revelam que o PAB é um Programa que se propõe a estabelecer um sistema funcional baseado em fundamentos que visem a sustentabilidade de uma população de baixa renda, buscando elementos que se assemelham aos princípios da Economia Solidária, que tem os mesmos fundamentos do PAB.

Dentre os fundamentos comuns, tanto para a economia solidária quanto para o PAB, identificou-se a valorização da produção artesanal de diferentes localidades no Brasil, o desenvolvimento de vocações regionais, o empreendedorismo e a integração nacional e internacional dessa produção.

Após a análise das informações, foi possível verificar que o desenvolvimento do mercado empresarial voltado para o artesanato e centrado na profissionalização do setor busca ser contemplado pelos fundamentos do PAB, com base nos princípios da Economia Solidária, ou seja a valorização do artesão por meio da elevação do nível cultural, profissional, social e econômico, tal como previsto na Carta de Princípios Solidários (2003, p. 125), encontra-se presente na fase de implementação dos 17 Centros de Artesanato mineiro, proporcionando um estímulo capaz de permitir a geração de renda e emprego, resultando em inclusão social.

Para Singer (2002), Economia Solidária é um tipo de economia adotada por empresas em que a separação entre a propriedade e o trabalho não existe. Os trabalhadores que integram a empresa são também seus proprietários. O capital da empresa é dividido em partes iguais, delegando a todos os direitos de decisão.

Os mecanismos que foram propostos pelo PAB (2000) para que tais fundamentos tornassem parte da realidade das comunidades beneficiadas pelo Programa foram desenvolvimento de Cooperativas e Associações; implementação e aplicação de padrões de qualidade; a associação de conhecimentos tradicionais milenares à disponibilidade tecnológica da modernidade; e fixação da identidade do artesanato local mediante a criação e divulgação de logomarca e do desenho industrial. Tais mecanismos também se encontram relacionados aos pressupostos da Economia Solidária e servem para ampliar a comercialização nacional e a exportação de produtos com qualidade e identidade reconhecidas.

O QUADRO 4 apresenta uma síntese da correlação percebida entre os principais fundamentos do PAB e da Economia Solidária.

Quadro 4 – Correlação entre os principais fundamentos do PAB e os fundamentos da Economia Solidária.

PAB	Economia Solidária
<p>Estimular a produção artesanal, valorizando a produção e característica, focando a geração de renda e a inclusão social, visando a geração de emprego, ocupação e renda.</p>	<p>Garantia da existência de centros de referência públicos, com oferta de cursos e treinamento para aprendizagem específica do associativismo/cooperativismo na perspectiva da Economia Social;</p> <p>Manutenção de critérios de financiamentos, valores, juros, carências, prazos, garantia e sistema de cobrança e devolução, adequando as condições socioeconômicas e culturais dos empreendimentos de caráter popular e solidário;</p> <p>Criação de mecanismos que possibilitem compras governamentais dos produtos e serviços solidários e regionalizados, dando preferência a licitações e cotas para compras governamentais destes produtos;</p> <p>Adequação de política de preços mínimos e de compras privilegiadas da produção familiar agro-ecológica e solidária;</p> <p>Reformas na lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971, considerando aspectos como o número de participantes, não-obrigatoriedade da unicidade da representação, acesso ao crédito, diferenciação tributária, mudança no caráter do benefício do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).</p>

cont	
Estimular a exportação	Criar selos, marcas e certificação de produtos produzidos através de trabalhos solidários objetivando a identificação, divulgação, e inserção dos mesmos, nos mercados nacional e internacional.
Desenvolver e o aproveitar as vocações	Construção de um sistema nacional de Finanças Solidárias, relacionando-o com uma política voltada ao desenvolvimento territorial local; Criação de centros solidários de desenvolvimento tecnológico, promovendo processos produtivos que sejam adequados, considerando as diversidades regionais do país, sua necessária sustentabilidade social e ecológica; Promoção do desenvolvimento de tecnologias apropriadas visando o desenvolvimento e qualificação contínua de produtos, respeitando a cultura e os saberes locais, agregando-lhes maior valor e melhoria das condições de trabalho, de saúde e de sustentabilidade ambiental.
Proporcionar a integração regional e internacional	Desenvolvimento de programas que fortaleçam e ampliem a rede nacional de trocas solidárias com critérios definidos de paridades e lastros baseado nas moedas sociais; Formação de redes regionais de comercialização e consumo que congreguem os vários tipos de cooperativas; Formação de redes regionais de comercialização e consumo que congreguem os vários tipos de cooperativas; Criação de programas/projetos sociais que possibilitem mobilizar o potencial criativo de inventores(as) e pesquisadores(as) difundindo e ampliando a troca de experiências entre os grupos participantes e promovendo Fóruns de ciência e tecnologia para contemplar os desafios da autogestão.

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto à verificação de como ocorreu a escolha dos 17 Centros de Artesanato mineiro, percebeu-se que as localidades beneficiadas pelo PAB, e os critérios utilizados receberam influência direta do Legislativo. Este poder tornou responsável pela discussão e elaboração do Orçamento da União para o qual foram propostas a iniciativa do PAB e suas emendas por meio da ação do MDIC. A responsabilidade pela indicação ou recomendação dos municípios mineiros ficou a cargo dos deputados mineiros interessados pelo Programa, mais especificamente do deputado majoritário da região, que definiram os 17 municípios beneficiados.

Com referência à implementação dos 17 Centros de Artesanato mineiro, ocorridos no período de 2000 a 2002, vale ressaltar que no ano de 2000 os Centros foram construídos segundo de critérios estabelecidos pelo município interessado, com base elaboração individual de Planos de Trabalho (ANEXO 2). A planta arquitetônica para a construção dos Centros foi idêntica, com exceção dos municípios de Sete Lagoas e Montes Claros, que não foram beneficiados pela construção. O que pôde ser observado é que dos R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) destinados à construção desses Centros em Minas Gerais R\$ 1.000.000,00 foi destinado ao município de Sete Lagoas, ficando os demais com R\$ 1.500.000,00. Desse total, parte foi utilizada para a aquisição de equipamentos para as oficinas e um valor adicional de R\$ 10.000,00 foi disponibilizado como capital de giro. (BRASIL, 2007).

No que se refere ao atendimento dos princípios da economia social na implementação dos 17 centros de Artesanato do PAB, apesar de todos os esforços direcionados à implementação e desenvolvimento dos Centros de Artesanato mineiro, há a constatação de que muitos deles se dedicam às áreas de educação, saúde e cultura, que existem Centros que abandonaram por completo a atividade artesanal, o que caracteriza um desvio total do propósito de autogestão de sustentabilidade contido no PAB e na Economia Social. O motivo desse desvio pode estar relacionado às considerações de Bortolanza (2005, p. 20), para quem o fracasso de muitos projetos sociais está associado à aplicação de técnicas de gestão privada em gestão pública. A gestão da demanda e necessidades do cidadão, defendida por Brant de Carvalho (1998) *apud* Pereira *et. al.* (2005, p. 9), também pode não ter sido aplicada, o que contribui consideravelmente para a descaracterização de todo o propósito do PAB, levando ao insucesso mencionado acima.

Em termos gerais, os resultados do período de implementação demonstraram que os Centros de Artesanato seriam uma promissora alternativa geradora de renda e de combate ao desemprego, o que foi percebido como um indicador para o sucesso da aplicação do projeto social com um todo. Contudo, os resultados levantados nessa

pesquisa sobre a atualidade dos Centros revelaram que maioria deles não se desenvolveu conforme as expectativas completas do PAB e da Economia Social, resultando que sua relação com a sustentabilidade proposta por um projeto social não foi de fato alcançada. O desvio das atividades artesanais, a não doação das sedes para as associações após dois anos de funcionamento (prevista no Programa) e a formação de uma Federação de Associações são exemplos do insucesso da implementação do PAB em todo seu contexto.

Desse modo mesmo com alguns resultados positivos no que tange às ações efetivas com a implementação dos Centros, na visão de Gaiger (2003), a Economia Solidária não substituirá o capitalismo. Ele entende que imaginar a substituição da economia de mercado por uma nova Economia Solidária significa desconhecer a heterogeneidade imanente a ambas, a ambivalência dos fatos históricos que abrigam de forma preocupante, as margens de liberdade, se no mercado foram refreadas pelo capitalismo, no âmbito das experiências solidárias é por certo desejável que se preservem e se ampliem.

No entanto, os aspectos ecológico-culturais demonstraram que houve situações particulares, propostas pelo Programa que foram bem sucedidas. Nesse âmbito é pertinente ressaltar que todos os Centros em funcionamento aderiram e respeitaram os princípios da Economia Solidária relacionada ao meio ambiente e à natureza. Uma possibilidade de justificativa para tanto é a necessidade de preços acessíveis, a simples falta de informação sobre qualidade ou o despreparo para agregar valor cultural nos produtos. É possível que tais fatores estejam relacionados com a falha na efetivação de programas de qualificação (básica e específica de gestão) que também são considerados um marco pelo PAB.

5 CONCLUSÃO

De acordo com a literatura, é cada vez mais crescente o desafio, relativos a gestão em projetos sociais, a discussão por parte das instituições, sobre a questão do desenvolvimento de projetos sociais, quer seja na esfera pública ou privada, nos leva a uma reflexão, sobre o papel das organizações, na construção de uma política local que beneficie a população, esta pode ser uma forma de minimizar, o sofrimento de muitos excluídos.

Aliados aos projetos sociais tem-se a Economia Social que destaca-se no cenário mundial, percebida de forma dinâmica pela sociedade, e seus integrantes, pode representar uma iniciativa de atores diversificados, compostos por: governo, sociedade entidades públicas e privadas, voltados para a transformação, ou seja, por meio da gestão de projetos sociais e da Economia Solidária pode ser possível transformar instituições, ainda que estejam condicionadas a plano local, microrregional ou, até mesmo, comunitário. As práticas de organizações com o intuito de transformação devem estar direcionadas para uma dimensão fundamentalmente política e que não esteja diretamente relacionada a qualquer forma de poder institucional.

De extrema importância para este estudo, foi o fato de que a valorização e a profissionalização do artesanato e dos artesãos de localidades brasileiras correlacionam-se com os pressupostos do PAB. Isso ocorre quando é considerado o mecanismo previsto pelo PAB (2000) que buscam a valorização do trabalho humano e a satisfação das necessidades de todos os participantes do Programa. Essa satisfação seria o eixo da criatividade tecnológica e atividade econômica.

Mediante da consulta e análise dos documentos e projetos adotados na metodologia dessa pesquisa, foi possível perceber que o desenvolvimento e a promoção da empresa artesanal, com vistas na geração de renda, para a elevação do nível cultural, profissional, social e econômico dos beneficiados pelo PAB contam com um Sistema de Finanças Solidárias. Todos os aspectos correlacionados neste trabalho

primam pela construção de uma Política Econômica Solidária, que teria uma presença participativa num Estado democrático.

Cabe ressaltar que o enfrentamento das problemáticas públicas locais constitui a primeira característica do fenômeno da Economia Social. Verificou-se a incapacidade de autogestão é o primeiro indício de que as associações dos artesãos não estão preparadas para seguir os princípios da Economia Solidária propostas pelo PAB. A partir da análise da implementação e do desenvolvimento dos Centros de Artesanato mineiro, apurou-se que o processo não ocorreu segundo os princípios da Economia Solidária e dos fundamentos do PAB.

Dessa maneira, foi possível entender que é evidente a necessidade de mudanças nas aplicações de projetos sociais e em suas organizações de trabalho. É necessário promover o desenvolvimento e o estabelecimento de mecanismos que possibilitem aos programas sociais atingir suas metas efetivas; no caso particular do PAB, a geração de trabalho e renda, o resgate, a preservação e a fixação da identidade do artesanato e questões gerenciais específicas aplicáveis a este programa social e aos demais.

Cabe ressaltar os conteúdos contemplados na carta dos princípios solidários tais como a gerência de abastecimento pela economia solidária, comercialização, moeda social, as rodadas de negócios, campanha pelo consumo consciente contra os produtos transnacionais e articulações de redes nacionais e internacionais são contemplados como um desafio e ainda uma conquista por parte dos PAB.

As limitações do estudo se dão em função do estudo ser desenvolvido como um estudo de caso e a amostra utilizada ser limitada uma vez que a pesquisa de campo foi realizada apenas no estado de Minas Gerais.

Recomenda-se que para que haja a continuidade de investimentos em projetos sociais que ocorra a promoção de uma união dos Centros em numa cooperativa mais estruturada, em que a questão gerencial receba tratamentos prioritários, voltados para os princípios da Economia Solidária, Tecnologia Industrial Básica e Sistemas de Gestão de Qualidade.

Dessa maneira, poderão ser obtidos produtos com valores culturais agregado, capazes de ser fortemente inserido no mercado nacional e internacional, consolidando assim a existência de uma arte milenar que tem importante significado na vida das pessoas que compõem uma sociedade que necessita cada vez mais de ser lembrada de sua natureza humana. Ou seja, em futuros trabalhos de pesquisa, é preciso que seja feita uma reflexão sobre as propostas de projetos sociais e sua adequação aos princípios da Economia Solidária que, cada vez mais, desponta no atual cenário econômico.

REFERÊNCIAS

AED – AGÊNCIA DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO – DLIS
Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS. 2002. 36p.

ALMEIDA, J. Ribeiro de. **Mini dicionário estudantil: língua portuguesa**. São Paulo: Tomini, 2001, 388 p.

ALCÂNTARA, Fernanda Henrique Cupertino. **A institucionalização das Redes Cooperativas como modelos de Organização do Trabalho e de Promoção do desenvolvimento Econômico**. Dissertação (Mestrado), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 2003

ASSIS, Thiago Rodrigo de Paula; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. **Organizações Sociais, Territórios e Políticas Públicas: dois estudos de caso em Minas Gerais**. Rio de Janeiro, 2003. 14 p. Não publicado.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BORTOLANZA, Juarez. **Uma contribuição à gestão municipal no estabelecimento de prioridades de melhoria na área social**. 2005. 240 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

BRASIL, MDIC. **Documentos do Programa do Artesanato Brasileiro**. Brasília-DF. Núcleo de Assessoramento à Pesquisa, 2007, não paginado.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reforma da gestão e avanço social em uma economia semi-estagnada. **Revista de Administração Pública**, 38 (4): 543-60, julho/agosto 2004.

BRETTAS, Maria Regina C. **Projeto Geração de Renda e Qualidade de Vida**. Belo Horizonte: 2003, 295 p. Relatório.

CLELAND, David I. **Project Management**. New York: McGraw Hill, 1994.

COSTA, Pedro de Almeida. **Um diagnóstico da gestão praticada em iniciativas de Economia Solidária e os seus desafios gerenciais: estudo de caso do município de Cachoeirinha**. 2003. 122 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento; SILVA, Rosimeri Carvalho da. **Análise de conteúdo e sua aplicação em pesquisa na administração**. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão;

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL. **Webclipping–29/12/2003-primeira edição-MJ-Cidadania**. Disponível em: <<http://www.dpf.gov.br/DCS/.htm>>. Acesso em: 05 de dezembro de 2006.

DOWBOR, Ladislau. **A gestão social em busca de paradigma**. In: RICO, Elizabeth de melo, RAICHELIS, Raquel (Org.) *Gestão Social – uma questão em debate*. São Paulo: Educ/IEE/PUCSP, 1999.

_____. **Parcerias e alianças: o bom senso na gestão social. Uma abordagem conceitual das políticas para crianças e adolescentes**. 2002. Disponível em: <<http://dowbor.org/parceriasfinal.doc>>. Acesso em: 15 outubro 2007.

ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Editora Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, 2004, 83 p. (Série Cadernos Marxistas, 2).

Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES 2005. II **Plenária Nacional de Economia Solidária**. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br>>. Acesso em: 05 de novembro de 2006.

Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES 2007. **Rumo à Plenária de 2008** Disponível em: <<http://www.fbes.org.br>>. Acesso em: 02 de outubro de 2007.

Fórum Mineiro de Economia POPULAR Solidária - FMEPS 2007. Disponibilizado pelo e-mail naep@pbh.gov.br. Acesso em: 02 de outubro de 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986. 472 p.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. **A problemática da Economia Solidária: um novo modo de gestão pública?** Cadernos EBAPE BR. Volume II – Número 1– Março de 2004.

GUÉRI, Daniel. **PROUDHON**. Tradução de Suely Bastos. Porto Alegre: L&PM Editores, 1983. 116 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa sociais**. São Paulo: Editora Atlas, 1999, 206 p.

GOMI, Edson Satoshi . **Gestão de Projetos**. Departamento de Engenharia de Computação e Sistemas Digitais (PCS). Escola Politécnica da USP PSI-2222 – Práticas de Eletricidade e Eletrônica II. São Paulo: 2003.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. In: Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 2, p. 57-63. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, mar.-abr. 1995a.

GUILLERM, Alain; BOURDET, Yvon. **Autogestão: uma mudança radical**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. 215 p.

HAIR JR., Joseph F. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookmann, 2005.

Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - **INMETRO** . Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br>>. Acesso em: 10 de novembro 2006.

Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br>>. Acesso em: 13 de dezembro de 2006.

Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI. **Apostila de Diretrizes Provisórias de Análise de Marcas e Informações Básicas para Elaboração de um Pedido de Desenho Industrial**. Belo Horizonte, 2007. 41 p. Não publicado.

KEMP, Valéria Heloísa. **Práticas Associativas da Economia Solidária e Laço Social**. 2001. 172 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2001.

LOURDES, Elton J., **Relatório do Projeto Cultural Oficina de Construção Artesanal de Bonecos**, Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2003. 147 p. Relatório.

MACHADO, Paulo. Repórter da Agência Brasil. **Economia Solidária: Trabalhadores já administram mais de 24 mil empresas no país** - (entrevista com Ary Moraes). Disponível em: <<http://www.radiobras.gov.br>>. Acesso em: 16 de Janeiro de 2007.

MAGNANI, Silvia Ingrid Lang. **O Movimento Anarquista em SP**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982, 189 p.

MAXIMINIANO, Antônio César Amaru. **Administração de Projetos**. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENEZES, Luiz César de Moura. **Gestão de Projetos**. São Paulo: Atlas, 2001.

MOREIRA, Márcio Reinaldo D. **Artesanato, Gerando Renda**. Brasília: Centro de Documentação e Informação Coordenação de Publicações, 2004, não paginado.

MOTTA, Fernando Carlos Prestes. **Burocracia e Autogestão** – a proposta de Proudhon. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. 170 p.

Moura, Maria Suzana, et al, **A Análise da Gestão de Empreendimentos Solidários**, 2007.

NOGUEIRA, Roberto Martínez. *Los proyectos sociales: de la certeza omnipotente al comportamiento estratégico*. Santiago de Chile: Cepal, 1998.

PEREIRA, Célia Jesus. GUEDES, Elísio Santa Cruz. JESUS, Nissilene Ferreira Oliveira de. **Gestão social em cooperativas populares**. 2005. 51 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – UFBA – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005.

PINHO, Diva Benevides. **Dicionário de Cooperativismo**. São Paulo: Seção Gráfica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1962, p. 65-66.

_____. **O Cooperativismo no Brasil**, da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Editora Saraiva, 2004. 357 p.

PINTO MARTINS, Sérgio. **Cooperativas de trabalho**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

PORTAL DO COOPERATIVISMO, 200, acesso dezembro de 2007 disponível em <http://www.portaldocooperativismo.org.br/sescoop/cooperativismo/estrutura_cooperativismo.asp>

RAMOS, Marcos Fadanelli. Avaliação de programas sociais: propósitos e práticas em programas de educação da Fundação Banco do Brasil. **Inclusão Social**. Brasília, v. 2, n. 1, p. 93-98, out. 2006/mar. 2007

RECH, D. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro, FASE, 1995.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTIN, Patrícia. **As Cooperativas Populares de Base Solidária**. O apoio da Fundação Telefônica a programas de geração de renda para mulheres – Gera Renda. Disponível em: <<http://www.integração.fgvsp.br> >. Acesso em: 05 de março de 2007, não paginado.

SEADON, Robert H. L. **A Arte do Artesanato Brasileiro**. São Paulo: Editora Talento, 2002. 178 p.

SELLTIZ, C. WRIGHTSMAN, H. F. COOK, S. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 2004, v. 1, 117 p.

SELLTIZ, C; WRIGHTSMAN, H. F; COOK, S. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 2004, v. 2, 133 p.

SILVA FILHO, Cícero V. D., **Cooperativas de Trabalho**. São Paulo: Editora Atlas, 2002. 232 p.

SILVA, Elisandra. **Modelo de avaliação da qualidade para organizações do terceiro setor**. 2004.196 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)-UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2004.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. 127 p.

SINGER, P. **Economia Solidária: um modo de produção e distribuição**. In: A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como Resposta ao Desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

TRAGTENBERG, Maurício. **Administração Poder e Ideologia**. São Paulo: Editora Moraes, 1980. 198 p.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A

APÊNDICE A – Roteiro da entrevista

Roteiro

Entrevistado – Deputado Federal Márcio Reinaldo Dias Moreira

Data – 05 de fevereiro de 2007

Horário – 15h

Entrevistadora – Maria Regina Costa Brettas

1. Como e quando foi criado o PAB – Programa do Artesanato Brasileiro?
2. Quais as propostas do PAB?
3. Qual o valor dos recursos financeiros propostos para o PAB?
4. De onde vieram os recursos financeiros para o PAB?
5. Como é feito o percurso desses recursos financeiros?
6. Qual o papel do Poder Legislativo no PAB?
7. Qual o papel dos municípios no PAB?
8. Quais os recursos alocados para o Estado de Minas Gerais?
9. Quem criou os projetos de construção de Centros de Artesanato para os municípios mineiros?
10. O que foi disponibilizado aos municípios no projeto Construção de Centros de Artesanato?

APÊNDICE B

Questionário aplicado aos Gestores do Centro de Artesanato

Pesquisa para projeto científico de dissertação de Mestrado

001. Número do cadastro:.....
002. Responsável pelo preenchimento deste cadastro:.....
003. Data do preenchimento:/...../.....
004. Nome da entidade/ Sigla:.....
- Endereço
005. Logradouro:.....
- Número:..... Complemento:.....
- Bairro:.....
006. Município:..... UF: CEP:.....
007. Telefone(s): (.....)..... Fax:.....
008. Correio eletrônico:.....

I Aspectos político-tecnológico e sócio-cultural da entidade

A entidade dispõe de símbolos que a representam?

009. A Entidade/ Centro de Artesanato possui Logomarca? 1. Sim (....)
2. Não (....)
010. Possui o registro da Logomarca no INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial)?
 1. Sim (....) 2. Não (....) 3. Não tem Marca (....)
011. Possui Mascotes (bonecos que representam a entidade/Centro de Artesanato)?
 1. Sim (....) 2. Não (....)
012. Possui registro do Mascote (desenho industrial) no INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial)?
 1. Sim (....) 2. Não (....) 3. Não tem Mascote (....)
013. Especificar o mascote.....
014. Qual é o significado do mascote?.....

.....

 015. Tem criações específicas feitas em peças artesanais que identificam o artesanato local?

1. Sim (....) 2. Não (....)

016. Possui o registro dessas peças no INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial)?

1. Sim (....) 2. Não (....) 3. Não tem criações específicas(....)

017. Especificar as peças.....

018. Qual o significado das peças?.....

.....
 019. Possui embalagem específica? 1. Sim (....) 2. Não (....)

020. Segue as normas brasileiras nas embalagens?

1. Sim (....) 2. Não (....) 3. possui embalagens (....)

021. Segue normas estrangeiras nas embalagens (no caso de exportação)?

1. Sim (....) 2. Não (....) 3. Não exporta (....)

Sócio-cultural (solidariedade)

022. A entidade promove comemorações e/ou celebrações que se repetem (Festa de Natal, Festa de Páscoa, do padroeiro, aniversários, festas típicas e/ou outros)? 1. Sim (....) 2. Não (....)

023. Descrevê-las:.....

.....

.....
 024. **Quando novos membros/associados são recebidos na entidade, há algum tipo de introdução da pessoa?** **1. Sim (....)** **2. Não (....)**

025. Descrever.....

.....
 026. Quando algum membro/associado se afasta, há cerimônias especiais de despedida?

1. Sim (....) **2. Não (....)**

027. Descrever.....

II Aspectos político/jurídicos da entidade

028. A entidade é:

1. (....) Fundação

2. (....) ONG

3. (....) Associação de artesãos

4. (....) Cooperativa de trabalho artesanal

5. (....) Outro (s), (especificar):.....

Quem é o mandatário (instância superior de poder)?

029. Órgão Público (....)
030. Conselho Curador (....)
031. A própria entidade (....)
032. A entidade está inserida em outra entidade? 1. Sim (....) 2. Não (....)
033. Qual? Especificar.....
034. A entidade tem outra, subordinada a ela? 1. Sim (....) 2. Não(....)
035. Qual? Especificar.....
036. Depende financeiramente de outra entidade? 1. Sim (....) 2. Não (....)
037. Qual? Especificar.....
038. É fiscalizada por outra entidade? 1. Sim (....) 2. Não (....)
039. Qual?
040. Trabalha em parceria com outra entidade? 1. Sim (....) 2. Não (....)
041. Qual? Especificar.....
042. Coopera esporadicamente com outra entidade? 1. Sim (....) 2. Não (....)
043. Qual? Especificar).....
044. Qual é a principal função à qual a entidade se dedica ?
045. Especificar:.....
-
- Além dessa função principal, a entidade tem outras funções relacionadas a:
046. Educação 1. Sim (....) 2. Não (....)
047. Saúde 1. Sim (....) 2. Não (....)
048. Religião 1. Sim (....) 2. Não (....)
049. Justiça 1. Sim (....) 2. Não (....)
050. Artes/cultura 1. Sim (....) 2. Não (....)
051. Outra (s),
(especificar):.....
-
052. Qual a data de constituição da entidade?.....
053. A entidade tem estatuto? 1. Sim (....) 2. Não (....)
054. O estatuto está registrado em cartório? 1. Sim (....) 2. Não (....)
055. A entidade tem regulamento(s)? 1. Sim (....) 2. Não (....)
056. Tem livro(s) de ata (s)? 1. Sim (....) 2. Não (....)
057. Tem livro(s) de balancete mensal? 1. Sim (....) 2. Não (....)
- A entidade mantém registro de:
058. Acidentes de trabalho 1. Sim (....) 2. Não (....)
059. Doença profissional 1. Sim (....) 2. Não (....)
060. Afastamento por doença 1. Sim (....) 2. Não (....)
061. A entidade possui conta bancária? 1. Sim (....) 2. Não (....)
062. Conta corrente 1. Sim (....) 2. Não (....)

063. Conta poupança 1. Sim (...) 2. Não (...)

064. Outra

(especificar):

.....

Aproximadamente, qual é a composição da entidade?

065. Número de dirigentes

066. Número de participantes informais fixos

067. Número de participantes informais esporádicos

068. Número de funcionários

069. Número de associados/membros

070. Número de voluntários

071. Número de sócios proprietários/quotistas

072. Número de bolsistas de trabalho

073. Número de estagiários

074. Outros (número)

075. Especificar quem são:.....

.....

III Aspectos de gestão administrativa da entidade

Como é organizada a entidade?

076. Há uma hierarquia? 1. Sim (...) 2. Não (...)

077. Há um presidente? 1. Sim (...) 2. Não (...)

078. Há diretores? 1. Sim (...) 2. Não (...)

079. Quantos?

080. Há coordenadores? 1. Sim (...) 2. Não (...)

081. Quantos?.....

082. Há conselhos? 1. Sim (...) 2. Não (...)

083.

Quais?

.....

084. Há órgãos colegiados? 1. Sim (...) 2. Não (...)

085.

Quais?

.....

086. Há quanto tempo o responsável pela entidade responde pelo cargo máximo (ou a função)?

.....

Como chegou ao cargo?

087. Foi eleito pelos trabalhadores? 1. Sim (....) 2. Não (....)

088. Foi nomeado por superior? 1. Sim (....) 2. Não (....)

089. Chegou por promoção? 1. Sim (....) 2. Não (....)

090.

Outra

(especificar):

.....

091. Escolaridade do gestor máximo:

1. (....) Não estudou

2. (....) Pré-escola/creche

3. (....) Primeiro grau incompleto

4. (....) Primeiro grau completo

5. (....) Segundo grau incompleto

6. (....) Segundo grau completo

7. (....) Superior completo

8. (....) Pós-graduação

IV Atividades ecológico-culturais

092. A entidade utiliza os recursos naturais renováveis (matéria-prima) da região no seu artesanato?

1. Sim (....) 2. Não (....)

093. Especifique os recursos naturais utilizados.....

.....

.....

094. A entidade utiliza os recursos naturais não-renováveis?

1. Sim (....) 2. Não (....)

095.

Especifique.....

.....

096. Como a entidade adquire esses materiais.....

.....

097. A entidade utiliza materiais recicláveis no seu artesanato? 1. Sim (....) 2. Não (....)

098. A entidade recicla materiais? 1. Sim (....) 2. Não (....)

099. Quais as atividades desenvolvidas na entidade e tipos de oficinas artesanais?.....

.....

.....

.....
 100. Quais os produtos desenvolvidos?.....

.....
 101. Quais são os objetivos e/ou metas da entidade?.....

.....
 102. A entidade tem projetos para o futuro? 1. Sim (....) 2. Não (....)

.....
 103. Quais são eles? (especificar):.....

A entidade oferece para seus membros:

104. Seguro saúde	1. Sim (....)	2. Não (....)
105. Atendimento saúde	1. Sim (....)	2. Não (....)
106. Reabilitação profissional	1. Sim (....)	2. Não (....)
107. Trabalho de prevenção de doença	1. Sim (....)	2. Não (....)
108. Trabalho de promoção de saúde	1. Sim (....)	2. Não (....)
109. Equipamentos de proteção individual	1. Sim (....)	2. Não (....)
110. Equipamentos de proteção coletiva	1. Sim (....)	2. Não (....)

111. A entidade tem Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)?

1. Sim (....) 2. Não (....) 3. Não se aplica (....)

112. A entidade tem Serviço de Segurança e Medicina do Trabalho (SSMT)?

1. Sim (....) 2. Não (....) 3. Não se aplica (....)

V Aspectos sócio-econômicos (dos membros) da entidade

De onde vêm os recursos financeiros da entidade:

113. Os produtos geram recursos financeiros? 1. Sim (....) 2. Não (....)

114. Especificar os produtos rentáveis.....

.....

115. Outras atividades geram recursos financeiros? 1. Sim (....) 2. Não (....)

116. Especificar as atividades rentáveis.....

.....

117. Recursos vêm de doações? 1. Sim (....) 2. Não (....)

118. Especificar as doações.....

.....

119. Vêm de mensalidades de associados? 1. Sim (....) 2. Não (....)

120. Aproximadamente qual o valor total a entidade recebe dos associados?.....

121. Qual o valor da contribuição mensal paga por cada associado?.....

122. Recursos vêm de prestações de serviços 1. Sim (....) 2. Não (....)

123. Especificar as prestações de serviços rentáveis.....

.....

124. Outras fontes rentáveis (especificar).....

.....

125. Aproximadamente qual é o valor mensal médio dos recursos financeiros recebidos pela entidade?

.....

126. Esses recursos são suficientes para:

1. Uma excelente/ótima manutenção da entidade (....)

2. Uma manutenção regular/média da entidade (....)

3. Uma manutenção precária da entidade (....)

4. Muito insuficientes (....)

5. Não se aplica (....)

127. Os associados da entidade têm retiradas mensais? 1. Sim (....) 2. Não (....)
128. Os associados da entidade têm salários? 1. Sim (....) 2. Não (....)
129. No caso de retiradas, elas são distribuídas com valor fixo estimado? 1. Sim (....) 2. Não (....)
130. As retiradas são distribuídas conforme receita mensal? 1. Sim (....) 2. Não (....)

131. Qual o valor das retiradas mensais para os associados.....

132. Especifique como é distribuída a renda mensal.....

.....

.....

.....

Quanto à distribuição de sobras ou de lucros:

133. É feita divisão de sobras ou lucros para os assalariados? 1. Sim (....) 2. Não (....)

134. Anuais 1. Sim (....) 2. Não (....) 3. Não se aplica (....)

135. Mensais 1. Sim (....) 2. Não (....) 3. Não se aplica (....)

136. 13% salário 1. Sim (....) 2. Não (....) 3. Não se aplica (....)

137. São divididos igualmente para todos? 1. Sim (....) 2. Não (....) 3. Não se aplica (....)

138. Existem trabalhadores com funções especializadas com salários diferentes?

1. Sim (....) 2. Não (....) 3. Não se aplica (....)

139. Especifique essas funções e seus salários.....

.....

.....

A entidade investe em:

140. Matéria-prima 1. Sim (....) 2. Não (....)

141. Equipamentos 1. Sim (....) 2. Não (....)

142. Manutenção do prédio 1. Sim (....) 2. Não (....)

143. Educação dos trabalhadores 1. Sim (....) 2. Não (....)

144. Capacitação 1. Sim (....) 2. Não (....)

145. Tecnologia 1. Sim (....) 2. Não (....)

146. Inovações-extensão do negócio 1. Sim (....) 2. Não (....)

147. Projetos sociais 1. Sim (....) 2. Não (....)

148. Emergências 1. Sim (....) 2. Não (....)

O local onde funciona a entidade é:

149. Cedido 1. Sim (....) 2. Não (....)

150. Pertencente ao Poder Público 1. Sim (....) 2. Não (....)

151. Pertence a entidade 1. Sim (....) 2. Não (....)

152. A entidade tem dívidas? 1. Sim (....) 2. Não (....)

153. Qual é o montante

dela(s)?.....

154. A entidade faz declaração imposto de renda?

1. Sim (....)

2. Não (....)

3. Não se aplica (....)

Tipo de declaração:

- 1. Isento (....)
- 2. Usualmente recebe restituição (....)
- 3. Usualmente paga imposto de renda (....)
- 4. Não se aplica (....)

Outras informações sobre a situação da entidade junto a Receita Federal

155. Filantrópica?

- 1. Sim (....)
- 2. Não (....)
- 3. Não se aplica (....)

156. Beneficia-se de leis de incentivo à cultura?

- 1. Sim (....)
- 2. Não (....)
- 3. Não se aplica (....)

157. Especificar o

benefício.....

158. Tamanho, aproximado, em m2, do local onde funciona a entidade:..... m2.

159. Quantos habitantes têm o município?

160. Quando a entidade recebeu o Centro de Artesanato que equipamentos e matérias-primas foram cedidos

para o início das atividades artesanais?.....

.....

161. O que foi adquirido até o

momento?.....

.....

162. Observações adicionais sobre os equipamentos e/ou prédio:

.....

Quanto à distribuição do produto:

163. Participa de feiras nacionais de artesanato? 1. Sim (....) 2. Não (....)

164. Participa de feiras Internacionais de artesanato? 1. Sim (....) 2. Não (....)

Onde e como distribuí o produto?

165. Venda às lojas 1. Sim (....) 2. Não (....)

166. Consignação às lojas 1. Sim (....) 2. Não (....)

167. Venda através de representantes 1. Sim (....) 2. Não (...)
168. Consignação a feirantes 1. Sim (....) 2. Não (..)
169. Venda a feirantes 1. Sim (....) 2. Não (...)
170. Barraca própria em feiras de artesanato 1. Sim (....) 2. Não (...)
171. Loja própria 1. Sim (....) 2. Não (...)
171. Loja própria 1. Sim (....) 2. Não (...)
172. Venda a distribuidores 1. Sim (....) 2. Não (...)
173. Outros.....
-
-
-
-
174. Fazem mostruários? 1. Sim (....) 2. Não (....)
175. Como é programada a venda?
-
-
-
-

Este questionário também tem como objetivo auxiliar na montagem de projetos semelhantes. Informações excedentes devem ser anexadas. A fidelidade nas respostas é imprescindível para análise dos resultados e possíveis acertos e propostas futuras.

APÊNDICE C

Roteiro de entrevista (INMETRO) - Tecnologia Industrial Básica (TIB) e Tecnologia de Gestão

A importância da Tecnologia Industrial Básica (TIB) para a presente pesquisa deve ser ressaltada em função da necessidade de se oferecer produtos e serviços iguais ou melhores em qualidade e preço para alcançar os níveis de eficiência comparáveis aos da economia capitalista. A Tecnologia Industrial Básica (TIB) é imprescindível à consolidação da nova Economia Solidária, conforme análises dos estudiosos da área (Singer, 2002).

Técnicos do INMETRO (2006) revelam que a falta de implementação dessa tecnologia compromete a qualidade dos produtos e serviços, reconhecida através das chamadas barreiras técnicas, hoje um dos maiores gargalos ao desenvolvimento de qualquer negócio. Contudo, o desenvolvimento industrial e econômico de uma região pressupõe a existência de uma base tecnológica que atenda às demandas do setor produtivo local e que dê sustentação ao aumento da produtividade e inserção de seus produtos no mercado. Esse suporte é denominado “Tecnologia Industrial Básica”, mais conhecido pela sigla TIB (INMETRO, 2006).

Segundo especialistas do INMETRO (2006), a TIB compreende hoje um conjunto de funções articuladas entre si e sua relação com a Metrologia é estreita. A Metrologia é uma ciência que abrange todos os aspectos teóricos e práticos relativos às medições, qualquer que seja a incerteza em qualquer campo da ciência ou tecnologia.

A Metrologia Legal tem como objetivo proteger o consumidor tratando das unidades da medida, métodos e instrumentos de medição de acordo com as exigências técnicas e legais obrigatórias, através de fiscalização da padronização – pesos e medidas; existem também a Metrologia Científica e Industrial. Tratam do desenvolvimento e manutenção de padrões de medição. São ferramentas mais específicas para o crescimento e inovação tecnológica.

A Normalização e Regulamentação Técnica estabelecem, desenvolvem e identificam as normas e regulamentos necessários para definir os requisitos dos produtos (incluindo os serviços) e a Avaliação da Conformidade (inspeções, ensaios e certificações), respaldada na metrologia e na normalização, avalia os produtos para a emissão dos certificados de conformidade que permitem demonstrar sua conformidade às normas e regulamentos.

A Propriedade Intelectual, que é uma expressão genérica, pretende garantir a inventores ou responsáveis por qualquer produção do intelecto (seja nos domínios industrial, científico, literário e/ou artístico) o direito de auferir, ao menos por um determinado tempo, recompensa pela própria criação. Essa propriedade compreende dois aspectos (INPI, 2006): (a) a Propriedade Industrial (marcas, patentes, desenho industrial, indicações geográficas e proteção de cultivares); (b) o Direito Autoral - obras literárias e artísticas – programas de computador – domínios na Internet e cultura imaterial.

É importante ressaltar que, para a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), constituem propriedade intelectual: as invenções, obras literárias e artísticas, símbolos, nomes,

imagens, desenhos e modelos utilizados pelo comércio, além dos novos temas em discussão, a se definir como, por exemplo, Recursos Genéticos, Conhecimento Tradicional e Folclore.

Quanto ao tema Conhecimento Tradicional e Folclore, discussões e resoluções das reuniões sobre os novos temas podem ser encontradas na página da internet, uma vez que trarão grande contribuição ao artesanato brasileiro principalmente relativo a preservação, reconhecimento e divulgação de nossa cultura nos mercados globais (INPI, 2006).

Se consideradas as funções articuladas acima citadas, pode-se perceber a importância da TIB para o desenvolvimento do setor produtivo da região, uma vez que o acesso a esses serviços tecnológicos pode não só aumentar sua capacidade de produção, mas conduzir e proteger legitimamente seu produto no mercado de bens e serviço. A implementação do TIB defende o interesse da nova ordem, ganhando espaço no mercado e proporcionando políticas nacionais de certificação, regulamentação de produtos e capacitação tecnológica, promovendo um real desenvolvimento social e econômico (INMETRO, 2006).

E no que tange a proposta da Economia Solidária, a TIB entra no contexto em concordância com seus princípios e necessidades, citadas anteriormente:

Mas para tanto são necessárias regras de convívio que produzem e reproduzem à igualdade de direitos, de poder de decisão, de partilha de perdas e ganhos entre todos os membros, de aquisição do conhecimento, criando sua própria dinâmica, em vez de depender das contradições do modo dominante de produção para lhe abrir caminho (SINGER, 2002, p.116,117).

Os princípios da Economia Solidária primam pela luta do desenvolvimento sustentável, visando preservar o meio ambiente e o bem estar. Nesse contexto, as Tecnologias de Gestão entram como fatores imprescindíveis. Essas Tecnologias, que compreendem os Sistemas de Gestão da Qualidade (*International Organization for Standardization* (ISO 9000)), de Gestão Ambiental (ISO 14000) e Gestão da Responsabilidade Social (ISO 26000), são funções articuladas que se destacam dentre outras. Tais Sistemas, implantados nas organizações, contribuem para diminuição das dificuldades de inserção nos mercados conferindo a elas um papel importante nas exportações (INMETRO, 2006).

ANEXOS

ANEXO 1: MODELO CONTRATO DE CONVÊNIO MUNICÍPIO DE PRUDENTE DE MORAIS

ANEXO 2:
MODELO PLANO DE TRABALHO E CRONOGRAMA

ANEXO 3:
INPI – DIRETRIZES PROVISÓRIAS DE ANÁLISE DE MARCAS

ANEXO 4
INPI – INPI – DEFINIÇÃO DE PADRÕES DE PRODUÇÕES,
QUALIDADE, DESIGN

ANEXO D

ANEXO E